

# 1.

## TÃO PRÓXIMOS, MAS TÃO DIFERENTES

### A ECONOMIA DO RIO GRANDE

**A** CIDADE DE NOGALES é cortada ao meio por uma cerca. Se você se aproximar dela e olhar para o norte, verá Nogales, Arizona, no condado de Santa Cruz. A renda familiar média é de cerca de US\$30 mil anuais. A maioria dos adolescentes estuda, e a maioria dos adultos concluiu o ensino médio. Apesar de tudo o que se diz sobre as deficiências do sistema de saúde americano, a população é relativamente rica, com alta expectativa de vida pelos padrões globais. Muitos dos moradores passaram dos 65 anos e têm acesso ao Medicare,<sup>b</sup> apenas um dos muitos serviços prestados pelo governo, vistos com naturalidade pela maioria – como eletricidade, telefonia, sistema de esgotos, saúde pública, a malha rodoviária que liga a cidade às vizinhas e ao resto do país e (por último, mas não menos importante) a lei e a ordem. O povo de Nogales, Arizona, pode se dedicar às suas atividades diárias sem temer pela vida ou segurança nem viver com medo de roubos, expropriações ou outras possibilidades que ponham em risco seus investimentos nos negócios e habitações. Igualmente importante, os residentes de Nogales, Arizona, partem da premissa de que, apesar de toda a sua ineficiência e eventuais casos de corrupção, o governo é seu agente. Podem votar para substituir prefeito, deputados e senadores; votam nas eleições presidenciais que determinam quem comandará o país. A democracia constitui, para eles, uma segunda pele.

Ao sul da cerca, a poucos metros de distância, é bastante diferente. Embora a população de Nogales, Sonora, viva em uma região relativamente próspera do México, a renda familiar média corresponde a cerca de um terço da de Nogales, Arizona. A maioria dos adultos de Nogales, Sonora, não completou o ensino médio e muitos

adolescentes não vão à escola. As mães têm de se preocupar com altos índices de mortalidade infantil. Diante da precariedade da saúde pública, não admira que os residentes de Nogales, Sonora, não vivam tanto quanto seus vizinhos do norte; tampouco têm acesso a muitos serviços públicos. Ao sul da cerca, as estradas encontram-se em péssimo estado; a lei e a ordem, em situação ainda pior. A criminalidade é alta, e abrir um negócio é uma atividade arriscada, já que não só o dono corre o risco de ser roubado, como não é tarefa fácil conseguir todas as permissões e molhar todas as mãos necessárias. Os habitantes de Nogales, Sonora, convivem diariamente com a corrupção e a incompetência de seus políticos.

Em contraste com seus vizinhos do norte, a democracia é uma experiência ainda recente para eles. Até as reformas políticas do ano 2000, Nogales, Sonora, como o resto do México, encontrava-se sob o controle corrupto do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Como podem as duas metades do que é essencialmente a mesma cidade serem tão diferentes? Inexistem diferenças geográficas, climáticas ou entre os tipos de doenças prevalentes na região, pois não há nada que impeça os micróbios de cruzar a fronteira entre Estados Unidos e México. Evidentemente, as condições de saúde são muito distintas, mas não por causa do ambiente e sim porque quem está ao sul da fronteira tem de enfrentar condições de saneamento inferiores e a falta de um sistema de saúde decente.

Talvez, então, as populações sejam muito distintas. Será possível que os residentes de Nogales, Arizona, sejam netos de imigrantes europeus, ao passo que os do sul sejam descendentes de astecas? Absolutamente não. As origens dos habitantes dos dois lados da fronteira são bastante semelhantes. Após a independência do México, em 1821, a região em torno de “Los dos Nogales”<sup>c</sup> fazia parte do estado mexicano de Vieja Califórnia, e assim permaneceu até depois da guerra México-Estados Unidos de 1846-1848. Com efeito, só depois da Compra Gadsden,<sup>d</sup> em 1853, a fronteira norte-americana estendeu-se até essa área. Foi o Tenente N. Michler quem, inspecionando a fronteira, notou a presença do “lindo valezinho de Los Nogales”. Aqui, dos dois lados da fronteira, as duas cidades se ergueram. Os habitantes de Nogales, Arizona, e Nogales, Sonora, têm ancestrais comuns, gostam do mesmo tipo de comida e música, e, nos atreveríamos a dizer, possuem a mesma “cultura”.

Naturalmente, há uma explicação muito simples e óbvia para as diferenças entre as duas metades de Nogales, que você provavelmente já adivinhou há muito: a própria

fronteira, que define as duas metades. Nogales, Arizona, fica nos Estados Unidos. Seus moradores têm acesso às instituições econômicas americanas, que lhes permitem escolher livremente suas ocupações, adquirir educação e conhecimentos, e estimular seus empregadores a investir na melhor tecnologia, gerando salários mais altos. Têm acesso ainda a instituições políticas que lhes permitem tomar parte do processo democrático, elegendo seus representantes e substituindo-os caso se comportem mal. Por conseguinte, os políticos providenciam os serviços básicos (que vão da saúde pública e rodovias à lei e à ordem) exigidos pelos cidadãos. Os de Nogales, Sonora, não têm a mesma sorte. Vivem em outro mundo, moldado por instituições diferentes, as quais criam incentivos completamente distintos, tanto para a população das duas Nogales quanto para os empreendedores e empresas que pretendam investir ali. Os estímulos criados pelas instituições próprias das duas cidades e dos países a que pertencem são a principal causa das diferenças de nível de prosperidade econômica de um lado e de outro da fronteira.

Por que as instituições dos Estados Unidos são tão mais conducentes ao êxito econômico do que as do México ou, a rigor, do resto da América Latina? A resposta para essa pergunta reside na formação de cada sociedade, nos primórdios do período colonial – quando se instalou uma divergência institucional, cujas implicações se estendem até os dias de hoje. Para compreender essa discrepância, precisamos começar pela fundação das colônias nas Américas Latina e do Norte.

### **A FUNDAÇÃO DE BUENOS AIRES**

No começo de 1516, o navegador espanhol Juan Díaz de Solís deparou-se com um largo estuário no litoral leste da América do Sul. Desembarcando, Solís reclamou a terra para a Espanha, batizando o rio de *Río de la Plata*, já que os habitantes locais possuíam prata. Os indígenas dos dois lados do estuário – os charruas, no atual Uruguai, e os *querandís*, nas planícies que ficariam conhecidas como pampas da moderna Argentina – viram os recém-chegados com hostilidade. Esses povos locais eram caçadores-coletores que viviam em grupos pequenos, sem fortes autoridades políticas centralizadas. Com efeito, foi um bando desses charruas que matou Solís a bordunadas durante suas explorações dos novos domínios, que ele tentara ocupar para a Espanha.

Em 1534, os espanhóis, ainda otimistas, enviaram uma primeira missão de colonizadores, sob a liderança de Pedro de Mendoza. Naquele mesmo ano, fundaram uma cidade na atual localização de Buenos Aires. Deveria ser um lugar ideal para os europeus. Buenos Aires, que literalmente significa “bons ares”, tinha um clima temperado e convidativo. A primeira temporada dos espanhóis por lá teve vida curta, porém. Afinal, eles não estavam atrás de bons ares, mas de recursos para extrair e mão de obra para coagir. Os charruas e os *querandís*, contudo, não se mostraram nem um pouco cooperativos. Recusavam-se a fornecer alimentos para os espanhóis, assim como se recusavam a trabalhar quando capturados. Atacaram o novo povoamento com arcos e flechas. A fome grassava entre os espanhóis, que não haviam planejado ter de obter a própria comida. Buenos Aires não era, absolutamente, o que haviam sonhado. Os povos locais não se deixavam forçar ao trabalho. Não havia ouro nem prata a explorar, pois a prata encontrada por Solís na verdade viera do estado inca nos Andes, bem mais a oeste.

Os espanhóis, enquanto lutavam pela sobrevivência, puseram-se a enviar expedições para encontrar um novo lugar, capaz de proporcionar-lhes maiores riquezas e uma população mais fácil de subjugar. Em 1537, uma dessas expedições, sob a liderança de Juan de Ayolas, penetrou no Rio Paraná, em busca de uma rota que os levasse até os incas. No caminho, entrou em contato com os guaranis, povo sedentário de economia agrícola, baseada no cultivo de milho e mandioca. Ayolas percebeu de imediato que se tratava de um povo completamente distinto dos charruas e dos *querandís*. Após um breve conflito, os espanhóis venceram a resistência guarani e fundaram uma cidade, Nuestra Señora de Santa María de la Asunción, até hoje a capital do Paraguai. Os conquistadores desposaram as princesas guaranis, estabelecendo-se assim como a nova aristocracia. Adaptaram os sistemas indígenas existentes de trabalho forçado e tributação, colocando-se no comando. Era esse o tipo de colônia que desejavam e, em quatro anos, Buenos Aires estava abandonada, pois todos os espanhóis que lá haviam se estabelecido mudaram-se para a nova cidade.

Buenos Aires, a “Paris da América do Sul”, cidade de largas avenidas no estilo europeu, baseada na incalculável riqueza agrícola dos pampas, não seria repovoada antes de 1580. O abandono da cidade e a conquista dos guaranis revelam a lógica da colonização das Américas pelos europeus. Os primeiros colonos espanhóis e, como veremos, ingleses não tinham o menor interesse em lavrar o solo com as próprias mãos;

queriam que outros o fizessem em seu lugar e desejavam riquezas – ouro e prata – para saquear.

### DE CAJAMARCA...

As expedições de Solís, Mendoza e Ayolas ocorreram no rastro de outras mais célebres, que se seguiram à descoberta de uma das ilhas das Bahamas por Cristóvão Colombo, em 12 de outubro de 1492. A expansão e colonização espanhola das Américas tiveram início com a invasão do México por Hernán Cortés, em 1519, a expedição de Francisco Pizarro ao Peru, uma década e meia mais tarde, e a expedição de Pedro de Mendoza ao Rio da Prata, apenas dois anos depois. No decorrer do século seguinte, a Espanha conquistaria e colonizaria a maior parte das regiões central, ocidental e sul da América do Sul, ao passo que Portugal ocupava o Brasil, a leste.

A estratégia de colonização espanhola foi extremamente eficaz. A princípio aprimorada por Cortés, no México, baseou-se na observação de que a melhor maneira de os espanhóis dobrarem a resistência consistia em capturar o líder indígena – o que lhes permitia reivindicar a fortuna acumulada pelo líder e obrigar os índios a pagar tributos e fornecer alimentos. A etapa seguinte consistia em estabelecer-se como nova elite reinante da sociedade indígena, assumindo o controle dos métodos existentes de tributação e, sobretudo, de trabalho forçado.

Quando Cortés e seus homens chegaram à grande capital asteca de Tenochtitlán, em 8 de novembro de 1519, foram recebidos por Montezuma, o imperador asteca, que havia decidido, em face das muitas recomendações que lhe fizeram seus conselheiros, saudar os espanhóis pacificamente. O que se passou em seguida é bem descrito pelo relato compilado após 1545 pelo sacerdote franciscano Bernardino de Sahagún, em seu célebre *Códice Florentino*.

Imediatamente, [os espanhóis] agarraram Montezuma com firmeza [...] e cada uma das armas disparou. [...] O medo prevaleceu. Foi como se todos tivessem engolido o próprio coração. Mesmo antes de escurecer, grassaram o terror, a perplexidade, a apreensão, o assombro das pessoas.

Ao amanhecer, foram proclamadas todas as coisas que [os espanhóis] demandavam: *tortillas* brancas, perus assados, ovos, água potável, madeira, lenha,

carvão. [...] Isso foi Montezuma quem efetivamente determinou.

E, uma vez que os espanhóis se haviam instalado, inquiriram Montezuma acerca do tesouro da cidade [...] buscavam ouro com imenso zelo. E Montezuma conduziu os espanhóis. Foram cercando-o [...], cada qual o segurando, cada qual o agarrando.

E quando chegaram ao armazém, um lugar chamado Teocalco, trouxeram tudo que brilhava; o cocar de penas de quetzal, as ferramentas, os escudos, os discos de ouro [...] os crescentes nasais de ouro, os protetores de perna de ouro, os protetores de braço de ouro, os protetores de testa de ouro.

Uma vez destacado o ouro [...] eles imediatamente ateavam fogo, incendiavam [...] todas as preciosidades. Tudo foi incinerado. E, com o ouro, os espanhóis forjaram barras separadas [...]. E andavam por toda parte, levando tudo o que viam que lhes seria de interesse.

Em seguida, dirigiram-se ao armazém do próprio Montezuma [...] em um lugar chamado Totocalco [...] trouxeram a propriedade do próprio [Montezuma], [...] todas as coisas preciosas: colares com pendentos, protetores de braço com penachos de quetzal, protetores de braço de ouro, braceletes, protetores de ouro com conchas [...] e o diadema de turquesa, atributo do monarca. Levaram tudo.

A conquista militar dos astecas estava concluída em 1521. Cortés, como governador da província da Nova Espanha, começou então a repartir o recurso mais valioso, a população indígena, mediante a instituição da *encomienda*. Esta fizera sua primeira aparição na Espanha no século XV, como parte da reconquista do sul do país aos mouros, árabes que ali se haviam instalado durante e após o século VIII. No Novo Mundo, ela assumiu uma forma muito mais perniciosa: tratava-se da concessão de lotes de povos indígenas a um espanhol, chamado de *encomendero*. Os índios tinham de pagar ao *encomendero* tributos e mão de obra, em troca dos quais ele se encarregaria de convertê-los ao cristianismo.

Chegou até nós um relato vívido do funcionamento da *encomienda* escrito por Bartolomé de las Casas, sacerdote dominicano que formulou a mais antiga e uma das mais devastadoras críticas do sistema colonial espanhol. De las Casas chegou à ilha espanhola de Hispaniola em 1502, na esquadra comandada pelo novo governador, Nicolás de Ovando. Foi ficando cada vez mais desiludido e perturbado diante do

tratamento cruel e abusivo dispensado aos povos indígenas, que presenciava diariamente. Em 1513, tomou parte, como capelão, da conquista espanhola de Cuba, chegando a ser agraciado com uma *encomienda* pelos serviços prestados. Todavia, renunciou à concessão e encetou uma longa campanha pela reforma das instituições coloniais hispânicas. Seus esforços culminaram com seu livro *Brevíssima relação da destruição das Índias*, escrito em 1542, um libelo devastador contra a barbárie do domínio espanhol. Sobre o sistema de *encomiendas*, ele diz o seguinte, a propósito do caso da Nicarágua:

Cada colono fixava residência na cidade que lhe coube (ou lhe foi encomendada, no jargão jurídico), punha seus habitantes a seu serviço, roubava seus já escassos víveres para si e apropriava-se das terras pertencentes aos nativos e por eles trabalhadas, nas quais tradicionalmente cultivavam sua própria safra. O colono tratava o conjunto da população nativa – dignitários, velhos, mulheres e crianças – como membros de sua casa e, como tais, fazia-os trabalhar dia e noite em benefício próprio, sem nenhum descanso.

A respeito da conquista de Nova Granada, atual Colômbia, De las Casas fornece uma descrição da estratégia espanhola na prática:

A fim de levar a cabo seu objetivo em longo prazo de apoderar-se de todo o ouro disponível, os espanhóis lançaram mão da estratégia usual de distribuir entre si (ou encomendar, como dizem) as cidades e seus habitantes [...] para então, como de hábito, tratá-los como escravos comuns. O encarregado do comando geral da expedição capturou o rei do território para si e o manteve prisioneiro por seis ou sete meses, demandando dele, de forma bastante ilícita, ouro e esmeraldas em quantidades cada vez maiores. Esse rei, um certo Bogotá, ficou de tal modo aterrorizado que, em sua ansiedade por libertar-se das garras de seus algozes, condescendeu com a exigência de encher uma casa inteira de ouro e entregar-lhe; para esse fim, enviou seu povo em busca de ouro, e pouco a pouco eles o providenciaram, junto com muitas pedras preciosas. No entanto, não estava ainda a casa repleta e os espanhóis decidiram declarar que o condenariam à morte por não haver cumprido sua palavra. O comandante sugeriu que se levasse o caso à sua

presença, como representante da lei; e, quando o fizeram, apresentando acusações formais contra o rei, sentenciou-o à tortura caso persistisse em não honrar o acordo. Torturaram-no então com a estrapada,<sup>e</sup> puseram sebo fervente na sua barriga, prenderam suas pernas a postes com argolas de ferro e seu pescoço com outras e, com dois homens segurando-lhe as mãos, queimaram-lhe as solas dos pés. De tempos em tempos, o comandante aparecia para reiterar que o torturariam lentamente, até a morte, a menos que ele produzisse mais ouro – e assim fizeram, o rei por fim sucumbindo às agonias que lhe foram infligidas.

A estratégia e as instituições da conquista aprimoradas no México foram avidamente adotadas no restante do Império Espanhol. Em nenhum outro lugar isso se deu com maior eficácia do que na conquista do Peru por Pizarro. Nas palavras com que De las Casas inicia seu relato:

Em 1531, outro grande vilão dirigiu-se com seus homens ao reino do Peru. Partiu decidido a reproduzir a estratégia e as táticas adotadas por seus comparsas em outras partes do Novo Mundo.

Pizarro partiu do litoral próximo à cidade peruana de Tumbes e marchou rumo ao sul. Em 15 de novembro de 1532, chegou à cidade de Cajamarca, nos Andes, onde o imperador inca Atahualpa estava acampado com seu exército. No dia seguinte, Atahualpa, que acabara de derrotar seu irmão Huáscar na disputa pela sucessão ao trono de seu falecido pai, Huayna Capac, dirigiu-se com seu séquito ao local de acampamento dos espanhóis. Atahualpa estava irritado com as notícias que lhe haviam chegado das atrocidades já cometidas pelos espanhóis, tais como violar um templo do Deus Sol Inti. O que se passou em seguida é bem conhecido. Os espanhóis prepararam uma armadilha; mataram os guardas e servos de Atahualpa, que possivelmente chegavam a dois mil homens, e fizeram o rei prisioneiro. Para ganhar a liberdade, Atahualpa teve de prometer encher uma sala inteira com ouro e outras duas, do mesmo tamanho, com prata. A promessa foi cumprida, mas os espanhóis, renegando sua parte no acordo, o estrangularam em julho de 1533. Em novembro, os espanhóis conquistaram a capital inca de Cusco, onde a aristocracia nativa recebeu o mesmo tratamento de Atahualpa, sendo mantida prisioneira até fornecer ouro e prata. Quando



as exigências espanholas não eram atendidas, os nobres incas eram queimados vivos. Os grandes tesouros artísticos de Cusco, como o Templo do Sol, tiveram seu ouro arrancado e fundido em barras.

Àquela altura, os espanhóis voltaram-se para os povos do Império Inca. Como ocorrera no México, os cidadãos foram divididos em *encomiendas*, uma para cada um dos conquistadores que haviam acompanhado Pizarro. A *encomienda* era a principal instituição usada para o controle e organização da mão de obra nos primórdios do período colonial, mas não tardaria a encontrar uma adversária à altura. Em 1545, um habitante local de nome Diego Gualpa partiu em busca de um santuário indígena nos Andes, na região onde hoje é a Bolívia. Foi atirado ao chão por uma súbita rajada de vento e, à sua frente, avistou uma jazida de minério de prata – parte de uma gigantesca montanha de prata, batizada pelos espanhóis de Cerro Rico. Ao seu redor cresceu a cidade de Potosí, que em seu apogeu, em 1650, contava com 160 mil habitantes, maior que as cidades de Lisboa ou Veneza nessa mesma época.

Para explorar a prata, os espanhóis precisavam de mineiros – muitos deles. Enviaram um novo vice-rei (a mais alta autoridade colonial espanhola), Francisco de Toledo, cuja principal missão era solucionar o problema da mão de obra. Toledo, chegando ao Peru em 1569, passou os cinco primeiros anos viajando pela área e investigando sua nova incumbência. Ordenou também um recenseamento maciço de toda a população adulta. A fim de encontrar os trabalhadores necessários, Toledo começou deslocando praticamente a população indígena inteira, concentrando-a em novas cidades chamadas *reducciones* – literalmente, “reduções” – que facilitariam sua exploração pela Coroa espanhola. Em seguida, ressuscitou e adaptou uma instituição inca conhecida como *mita* – em quíchua, “turno”. Sob esse sistema, os incas lançavam mão de trabalhos forçados para cultivar plantações com vistas ao fornecimento de provisões para os templos, a aristocracia e o exército. Em troca, a elite inca garantia a segurança e o combate à fome. Nas mãos de Toledo, a *mita*, sobretudo no caso de Potosí, viria a ser o maior e mais oneroso esquema de exploração de mão de obra no período colonial espanhol. Toledo delimitou uma gigantesca área de captação, que se estendia da área central do atual Peru e abrangia a maior parte da Bolívia moderna, cobrindo cerca de 520 mil quilômetros quadrados. Nela, um sétimo dos habitantes do sexo masculino, recém-chegados às suas reduções, era recrutado para trabalhar nas minas de Potosí. A *mita* de Potosí perdurou por todo o período colonial, tendo sido

abolida apenas em 1825. O Mapa 1 mostra a área de captação da *mita* superposta à extensão do Império Inca na época da conquista espanhola, ilustrando a medida em que a *mita* se sobrepunha ao coração do império, incluindo a capital, Cusco.

Mapa 1: O Império Inca, a rede inca de estradas e a área de captação da *mita* de mineração

É notável que ainda hoje se detecte o legado da *mita* no Peru. Tomem-se a província de Calca e sua vizinha Acomayo. Parece haver poucas diferenças entre elas. Ambas ficam no alto da cordilheira, ambas são habitadas pelos descendentes dos incas, de idioma quíchua. Não obstante, Acomayo é muito mais pobre, e sua população consome cerca de um terço a menos do que a de Calca. E o povo sabe disso. Em Acomayo, perguntam aos intrépidos forasteiros: “Você não sabe que o povo daqui é mais pobre do que o de Calca? Por que você quis vir aqui?” “Intrépidos” porque é muito mais difícil chegar a Acomayo a partir da capital regional de Cusco, antigo centro do Império Inca, do que a Calca. A estrada para Calca é aplainada; a que leva a Acomayo encontra-se no mais terrível estado de conservação. Para ir além de Acomayo, é preciso um cavalo ou mula. Em Calca e Acomayo, são cultivados os mesmos produtos, mas em Calca eles são vendidos no mercado, por dinheiro; em Acomayo, a agricultura é exclusivamente de subsistência. Tais disparidades, perfeitamente claras para quem vê e para os habitantes da região, podem ser compreendidas em termos das diferenças institucionais entre os dois departamentos, cujas origens históricas remontam a Toledo e seu plano de exploração eficaz da mão de obra indígena. A principal diferença histórica entre Acomayo e Calca é que Acomayo situava-se na área de captação da *mita* de Potosí. Calca, não.

Além da concentração de mão de obra e da *mita*, Toledo consolidou a *encomienda* num sistema de capitação, uma soma fixa a ser paga anualmente, em prata, por todos os homens adultos – outro esquema elaborado para obrigar o ingresso das pessoas no mercado de trabalho e reduzir os salários para os proprietários de terras espanhóis. Outra instituição, o *repartimiento de mercancías*, também se disseminou durante o mandato de Toledo. Derivado do verbo espanhol *repartir* (no sentido de distribuir), o *repartimiento*, “distribuição de bens”, envolvia a venda forçada de bens para os

habitantes locais, a preços definidos pelos espanhóis. Por fim, Toledo introduziu o *trajin* (que significa, literalmente, “fardo”), passando a usar os índios, em vez de animais de carga, para carregar pesados fardos de produtos, como vinho, folhas de coca ou tecidos, para as empreitadas comerciais da elite espanhola.

Em todo o universo colonial espanhol nas Américas, adotaram-se instituições e estruturas sociais similares. Após uma fase inicial de saques e ânsia por ouro e prata, os espanhóis criaram uma rede de instituições com vistas à exploração dos povos indígenas. Toda a gama de estratégias – *encomienda*, *mita*, *repartimiento* e *trajin* – tinha por objetivo rebaixar os padrões de vida dos povos indígenas ao nível da subsistência e, assim, destinar toda a receita excedente aos espanhóis. Para tanto, expropriaram-lhes as terras, forçaram-nos ao trabalho – oferecendo baixos salários –, impuseram-lhes impostos elevados e preços caros por produtos cuja compra sequer era voluntária. Embora essas instituições tenham gerado muita riqueza para a Coroa espanhola e tornado riquíssimos os conquistadores e seus descendentes, converteram também a América Latina no continente mais desigual do mundo e solaparam boa parte de seu potencial econômico.

### ... A JAMESTOWN

Enquanto os espanhóis iniciavam a conquista das Américas na década de 1490, a Inglaterra era uma potência europeia menor que se recuperava dos efeitos devastadores de uma guerra civil, a Guerra das Rosas. Não estava em condições de tirar vantagem da disputa por butim e ouro nem da oportunidade de explorar os povos indígenas do Novo Mundo. Quase 100 anos depois, em 1588, o golpe de sorte do desbaratamento da Armada Espanhola, após a tentativa do Rei Filipe II da Espanha de invadir a Inglaterra, fez ondas de choque políticas percorrerem toda a Europa. Por mais que a vitória tenha se devido à boa fortuna dos ingleses, porém, foi também sinal da crescente assertividade destes nos mares, que lhes permitiria por fim tomar parte da contenda por um império colonial.

Não é, então, coincidência que a Inglaterra tenha dado início à colonização da América do Norte exatamente no mesmo momento. Contudo, era retardatária. A opção pela América do Norte deveu-se não à atratividade da região, mas ao fato de que era o que estava disponível. As partes “desejáveis” das Américas, onde a população

indígena a explorar era abundante e onde foram localizadas minas de ouro e prata, já haviam sido ocupadas. Aos ingleses couberam as sobras. Quando o escritor e agricultor inglês do século XVIII Arthur Young discutiu onde eram produzidos os “insumos básicos” mais rentáveis, referindo-se aos produtos agrícolas exportáveis, observou:

Ao que parece, as matérias-primas produzidas em nossas colônias diminuem em valor na proporção de sua distância em relação ao Sol. Nas Índias Ocidentais, que são as mais quentes de todas, montam a um total de 8l. 12s. 1d. por cabeça. Nas do sul do continente, 5l. 10s. Nas centrais, 9s. 6 1/2d. Nas colônias do norte, 2s. 6d. Tal escala, sem dúvida, sugere uma importantíssima lição: evitar colonizar nas latitudes mais setentrionais.

A primeira tentativa inglesa de estabelecer uma colônia, em Roanoke, Carolina do Norte, entre 1585 e 1587, foi um rematado desastre. Em 1607, foi feita nova tentativa. No apagar das luzes de 1606, três navios, o *Susan Constant*, o *Godspeed* e o *Discovery*, sob o comando do Capitão Christopher Newport, partiram rumo à Virginia. Os colonos, sob os auspícios da Virginia Company, adentraram a Baía de Chesapeake e subiram um rio que batizaram de James, em homenagem ao monarca inglês na época, Jaime (James) I. Em 14 de maio de 1607, fundaram a colônia de Jamestown (cidade de Jaime).

Embora os colonos a bordo dos navios da Virginia Company fossem ingleses, seguiam um modelo de colonização com forte influência do modelo instituído por Cortés, Pizarro e Toledo. Seu plano inicial consistia em capturar o chefe local e usá-lo como meio de obter provisões e obrigar a população a produzir alimentos e riquezas para os europeus.

Ao chegarem a Jamestown, os colonos ingleses não sabiam que se encontravam em território pertencente à Confederação Powhatan, uma coalizão de cerca de 30 grupos autônomos que deviam fidelidade a um rei chamado Wahunsunacock. A capital de Wahunsunacock era a cidade de Werowocomoco, a meros 30 quilômetros de Jamestown. O plano dos colonos era inteirar-se da situação local; caso os nativos não pudessem ser induzidos a fornecer víveres e mão de obra, os colonos poderiam ao menos comerciar com eles. A ideia de que os colonos trabalhassem e cultivassem a própria subsistência, ao que tudo indica, não lhes passava pela cabeça. Não era assim

que agiam os conquistadores do Novo Mundo.

Wahunsunacock logo tomou conhecimento da presença dos colonos – e os viu com profunda desconfiança. Estava à frente do que, para a América do Norte, era um império bastante vasto. Contudo, como tinha muitos inimigos e faltava-lhe o controle político centralizado incontestado dos incas, decidiu averiguar quais eram as intenções dos ingleses, a princípio enviando emissários com a mensagem de que desejava entabular com eles relações cordiais.

À medida que se aproximava o inverno de 1607, os suprimentos dos colonos de Jamestown começaram a se esgotar, mas o líder designado do conselho de governo da colônia, Edward Marie Wingfield, hesitava. A situação foi salva pelo Capitão John Smith. Este, cujos escritos constituem uma de nossas principais fontes de informação acerca do desenvolvimento da colônia nesses primeiros tempos, era um personagem arquetípico. Nascido em Lincolnshire, na região rural da Inglaterra, ignorou a ambição de seu pai no sentido de que se dedicasse aos negócios e, em vez disso, tornou-se mercenário. Primeiro, lutou com o exército inglês nos Países Baixos, após o que ingressou nas forças austríacas que se batiam na Hungria contra o Império Otomano. Capturado na Romênia, foi vendido como escravo e posto para trabalhar no campo. Um dia, conseguiu ludibriar seu senhor e, roubando-lhe as roupas e o cavalo, fugiu para território austríaco. Smith havia se metido em apuros na viagem para a Virgínia, tendo sido posto a ferros no *Susan Constant* por motim, após desafiar as ordens de Wingfield. Quando a frota aportou no Novo Mundo, o plano era levá-lo a julgamento. Para profundo horror de Wingfield, Newport e demais membros da elite de colonos, porém, ao abrirem as ordens seladas que traziam descobriram que a Virgínia Company havia nomeado Smith membro do conselho que governaria Jamestown.

Tendo Newport retornado à Inglaterra em busca de provisões e mais colonos, e com Wingfield incerto quanto ao que fazer, foi Smith quem salvou a colônia. Encetou uma série de missões comerciais que asseguraram suprimentos vitais. Numa delas, foi capturado por Opechancanough, um dos irmãos mais novos de Wahunsunacock, e levado à presença do rei em Werowocomoco. Foi o primeiro inglês a estar frente a frente com Wahunsunacock, e foi nesse primeiro encontro que, segundo alguns relatos, a vida de Smith só foi salva graças à intervenção da jovem filha de Wahunsunacock, Pocahontas. Libertado em 2 de janeiro de 1608, Smith voltou a Jamestown, cujas provisões ainda se encontravam em níveis perigosamente baixos, até o oportuno retorno

de Newport da Inglaterra, mais tarde, naquele mesmo dia.

Os colonos de Jamestown pouco proveito tiraram dessa experiência inicial. Ao longo de 1608, insistiram em sua busca por ouro e metais preciosos. Ao que tudo indica, não pareciam compreender que, para sobreviver, não poderiam contar com os nativos para alimentá-los, fosse por coação ou comércio. Smith foi o primeiro a perceber que o modelo de colonização que tão bem funcionara para Cortés e Pizarro de nada adiantaria na América do Norte. As circunstâncias gerais eram demasiado distintas. Smith observou que, ao contrário de astecas e incas, os povos da Virgínia não possuíam ouro. Com efeito, anotou em seu diário: “Viveres, é forçoso reconhecer, são toda a sua riqueza.” Anas Todkill, um dos primeiros colonos, que deixou um extenso diário, expressou muito bem as frustrações de Smith e dos poucos outros que se deram conta desse fato:

Não havia conversa, não havia esperança, não havia trabalho, que não fosse escavar ouro, refinar ouro, carregar ouro.

Quando Newport partiu para a Inglaterra, em abril de 1608, levou consigo uma carga de pirita, ouro de tolo. Retornou no fim de setembro com ordens da Virginia Company de assumir um controle mais estrito dos nativos. Seu plano era coroar Wahunsunacock, na esperança de assim garantir sua subserviência ao rei inglês Jaime I. Convidaram-no a visitar Jamestown, mas Wahunsunacock, ainda profundamente desconfiado em relação aos colonos, não tinha a menor intenção de arriscar-se à captura. John Smith registrou a resposta de Wahunsunacock: “Se seu rei enviou-me presentes, também eu sou rei, e esta é a minha terra [...] Seu pai que venha a mim, não eu a ele, e muito menos ao seu forte; tampouco morderei eu tal isca.”

Se Wahunsunacock não “morderia tal isca”, Newport e Smith precisariam ir a Werowocomoco a fim de proceder à coroação. Ao que parece, o evento foi um total fiasco; seu único resultado foi Wahunsunacock ter chegado à conclusão de que estava mais do que na hora de livrar-se da colônia – e impôs-lhe um embargo comercial. Jamestown não poderia mais comercializar suprimentos. Wahunsunacock estava decidido a matá-los de fome.

Newport novamente fez-se à vela rumo à Inglaterra, em dezembro de 1608, levando consigo uma carta escrita por Smith rogando aos diretores da Virginia Company que

mudassem seu pensamento acerca da condução da colônia. Não havia possibilidade de explorar a Virgínia nas mesmas linhas de enriquecimento fácil do México e do Peru. Não havia ouro nem metais preciosos, nem como obrigar os indígenas a trabalhar ou fornecer alimentos. Smith percebeu que, para que a colônia fosse viável, eram os colonos que teriam de trabalhar. Assim sendo, solicitava aos diretores da companhia que lhes enviassem o tipo correto de pessoas: “Ao nos enviarem nova leva, suplico-lhes que mandem cerca de 30 carpinteiros, agricultores, hortelões, pescadores, ferreiros, pedreiros e quem mais nos escave árvores e raízes, bem fornidos, e mais um milheiro desses ao nosso dispor.”

Smith não queria mais inúteis ourives. Mais uma vez, Jamestown só sobreviveu graças à sua astúcia. Por meio de lisonjas e ameaças, conseguiu negociar com alguns grupos locais – quando estes não cediam, pilhava o que podia. Na povoação inglesa, Smith tinha domínio absoluto e impôs a regra de que “quem não trabalhar, não come”. Assim, Jamestown sobreviveu a um segundo inverno.

Supunha-se que a Virginia Company fosse um empreendimento rentável, mas ao cabo de dois anos desastrosos não havia nem alento nem lucro. Os diretores da empresa chegaram à conclusão de que precisavam de um novo modelo de governança e substituíram o conselho de governo por um só governador. O primeiro homem designado para o cargo foi *Sir Thomas Gates*. Levando em consideração alguns aspectos da advertência de Smith, a companhia deu-se conta de que seria preciso tentar alguma coisa nova – impressão confirmada pelos acontecimentos do inverno de 1609-1610, a chamada “época da fome”. No novo modo de governo não havia espaço para Smith, que, desgostoso, retornou à Inglaterra no outono de 1609. Sem sua engenhosidade, e com o boicote de Wahunsunacock ao fornecimento de provisões, os colonos de Jamestown pereceram. Dos 500 que começaram o inverno, apenas 60 chegaram vivos a março. A situação era tão desesperadora que não lhes restou outra alternativa senão recorrer ao canibalismo.

A “novidade” trazida à colônia por Gates e seu representante, *Sir Thomas Dale*, foi a imposição de um regime de trabalho de rigor draconiano para os colonos ingleses – ainda que não, é claro, à elite que a administrava. Foi Dale quem promulgou as “Leis Divinas, Morais e Marciais”, que incluíam as seguintes cláusulas:

Nenhum homem ou mulher se evadirá da colônia para buscar refúgio junto aos

índios, sob pena de morte.

Quem vier a roubar um jardim, seja público ou privado, ou vinha, ou quem roubar espigas de trigo, será punido com a morte.

Nenhum membro da colônia venderá ou dará qualquer mercadoria deste país para algum capitão, marinheiro, mestre ou marujo que a transporte para fora da colônia, para seu próprio benefício, sob pena de morte.

Se os povos indígenas não tinham como ser explorados, raciocinou a Virginia Company, talvez os colonos, sim. O novo modelo de desenvolvimento colonial baseava-se na posse de toda a terra pela Virginia Company. Os homens eram abrigados em alojamentos e recebiam rações determinadas pela companhia. Foram definidos grupos de trabalho, cada qual supervisionado por um agente da companhia. Era algo próximo da lei marcial, sendo a execução sumária a punição de primeiro recurso. Como parte das novas instituições da colônia, a primeira cláusula supracitada é significativa: a companhia ameaçava com a morte os fugitivos. Dado o novo regime de trabalho, a fuga para viver com os nativos constituía cada vez mais alternativa atraente para os colonos forçados ao trabalho. Igualmente interessante, dada a baixa densidade mesmo das populações indígenas da Virginia na época, era a perspectiva de partir por conta própria para a fronteira para além do controle da Virginia Company. O poder da companhia, diante de tais opções, era restrito. Não havia como impor o trabalho forçado aos colonos ingleses em troca de rações que mal lhes garantiam a subsistência.

O Mapa 2 apresenta uma estimativa da densidade demográfica de diferentes regiões das Américas na época da conquista espanhola. A densidade populacional dos Estados Unidos, exceto por alguns bolsões, era no máximo de três quartos de pessoa a cada 2,5 quilômetros quadrados. Na região central do México ou nos Andes peruanos, chegava a 400 pessoas para a mesma área, número mais de 500 vezes maior. O que era possível no México ou no Peru não era praticável na Virginia.

A Virginia Company levou algum tempo para reconhecer que seu modelo inicial de colonização não daria certo na Virginia; demorou outro tanto para admitir o fracasso de suas “Leis Divinas, Marciais e Morais”. A partir de 1618, partiu-se para uma estratégia radicalmente nova. Diante da impossibilidade de coagir tanto os habitantes locais quanto os colonos, a única alternativa restante era fornecer incentivos a estes últimos. Em 1618, a companhia inaugurou um sistema de concessões (*headright system*) que



brindava cada colono do sexo masculino com 50 acres de terra e mais 50 acres para cada membro de sua família e todos os servos que uma família conseguisse levar à Virginia. Os colonos ganharam suas casas e foram liberados de seus contratos, e em 1619 foi introduzida uma Assembleia Geral que efetivamente conferiu voz a cada homem adulto nas leis e instituições que regiam a colônia. Era o início da democracia nos Estados Unidos.

A Virginia Company demorou 12 anos para aprender sua primeira lição: o que havia dado certo para os espanhóis no México e nas Américas Central e do Sul não funcionaria no Norte. O resto do século XVII assistiu a uma longa série de batalhas em torno da segunda lição: a de que a única opção para uma colônia economicamente viável seria criar instituições que dessem aos colonos incentivos para investir e trabalhar com dedicação.

À medida que a América do Norte se desenvolvia, as elites inglesas volta e meia tentavam estabelecer instituições que imporiam severas restrições econômicas e políticas a todos os que não pertencessem à pequena parcela de privilegiados da colônia, assim como haviam feito os espanhóis. A cada tentativa, porém, o modelo soçobrava, como acontecera na Virginia.

Uma das tentativas mais ambiciosas teve início pouco após a mudança de estratégia da Virginia Company. Em 1632, 10 milhões de acres de terra na região superior da Baía de Chesapeake foram concedidos pelo rei inglês Carlos I a Cecilius Calvert, Lorde Baltimore. A Carta de Maryland conferiu a Lorde Baltimore total liberdade para criar um governo nas linhas que bem desejasse, com a cláusula VII sublinhando que Baltimore dispunha, “para o bom e feliz governo da dita província, de livre, pleno e absoluto poder, pelo teor destas presentes, de ordenar, elaborar e promulgar leis do tipo que forem”.

Baltimore arquitetou minucioso plano para instituir uma sociedade senhorial, variante norte-americana de uma versão idealizada da Inglaterra rural do século XVII, o que significava dividir a terra em lotes de milhares de acres, a serem administrados por senhores. Estes recrutariam arrendatários, que trabalhariam e pagariam o aluguel à elite privilegiada no controle da terra. Outra tentativa similar seria feita mais tarde, em 1663, com a fundação da Carolina por oito proprietários, entre os quais figurava Sir Anthony Ashley-Cooper. Ashley-Cooper, junto com seu secretário, o grande filósofo inglês John Locke, formulou as Constituições Fundamentais da Carolina – documento

que, como a Carta de Maryland antes dele, lançava as bases de uma sociedade elitista e hierárquica, baseada na dominação pela elite de uma aristocracia rural. O preâmbulo salientava que “o governo desta província se fará perfeitamente consoante a monarquia sob a qual vivemos e de que esta província faz parte; e compromete-se a evitar a constituição de uma democracia numerosa”.

## Mapa 2: Densidade demográfica das Américas em 1500

As cláusulas das Constituições Fundamentais estabeleciam uma estrutura social rígida. Na base estariam os “lacaiois” (*leet-men*), sobre os quais a cláusula 23 determinava: “Os filhos de lacaiois, lacaiois serão e assim será por todas as gerações.” Acima dos lacaiois, desprovidos de qualquer poder político, ficariam os senhores (*landgraves*) e caciques (*caziques*), que comporiam a aristocracia. A cada senhor caberiam 48 mil acres de terra, e aos caciques, 24 mil acres. Haveria um parlamento, em que senhores e caciques estariam representados, mas ao qual seria permitido debater tão somente as medidas previamente aprovadas pelos oito proprietários.

Do mesmo modo como a tentativa de impor um regime draconiano na Virginia havia fracassado, também os planos de implementar o mesmo tipo de instituição em Maryland e Carolina malograram por motivos similares. Em todos os casos, ficou comprovada a impossibilidade de sujeitar os colonos a uma rígida sociedade hierárquica, porque eram muitas as opções ao seu alcance no Novo Mundo. Pelo contrário, era preciso oferecer-lhes incentivos para que trabalhassem – e logo estavam exigindo mais liberdade econômica e mais amplos direitos políticos. Também em Maryland os colonos insistiam em ser proprietários das próprias terras, e obrigaram Lorde Baltimore a criar uma assembleia. Em 1691, esta induziu o rei a declarar Maryland colônia da Coroa, destituindo assim de privilégios políticos Baltimore e seus senhores. Embate similar ocorreu, ainda que tardiamente, nas Carolinas, onde outra vez os aristocratas perderam – e a Carolina do Sul tornou-se colônia real em 1729.

Na década de 1720, todas as 13 colônias que viriam a ser os Estados Unidos dispunham de estruturas de governo semelhantes. Em todos os casos, havia um governador e uma assembleia que representavam os proprietários de terras. Não eram democracias: a mulheres, escravos e desprovidos era vedado o voto. Ainda assim, os

direitos políticos eram bastante amplos, se comparados a sociedades contemporâneas em outros lugares. Foram essas assembleias e seus líderes que se reuniram, em 1774, no Primeiro Congresso Continental – prelúdio da independência dos Estados Unidos. Em seu entender, as assembleias dispunham tanto do direito de determinar sua própria composição quanto do direito à tributação – o que, como sabemos, criou problemas para o governo colonial inglês.<sup>f</sup>

## UM CONTO DE DUAS CONSTITUIÇÕES

A essa altura, já deve estar evidente que não é coincidência o fato de terem sido os Estados Unidos, e não o México, a adotar e promulgar uma constituição que esposava princípios democráticos, impunha limitações ao uso do poder político e distribuía tal poder pela sociedade, de maneira ampla. O documento, que fez os delegados reunirem-se para redigir na Filadélfia, em maio de 1787, foi resultado de um longo processo, iniciado com a formação da Assembleia Geral em Jamestown, em 1619.

É gritante o contraste entre o processo constitucional que se deu por ocasião da independência dos Estados Unidos e o ocorrido no México pouco tempo depois. Em fevereiro de 1808, o exército francês de Napoleão Bonaparte invadiu a Espanha. Em maio, havia tomado Madri, a capital do país. Em setembro, o rei espanhol Fernando fora capturado e havia abdicado. Uma junta nacional, a Junta Central, ocupou seu lugar, assumindo a incumbência de fazer frente aos franceses. A Junta reuniu-se pela primeira vez em Aranjuez, mas recuou para o sul diante do avanço das tropas napoleônicas. Por fim, chegou ao Porto de Cádiz, que, apesar de sitiado pelas forças francesas, resistiu. Aqui a Junta formou um Parlamento, chamado de Cortes. Em 1812, as Cortes produziram o que ficaria conhecido como Constituição de Cádiz, que determinava a introdução de uma monarquia constitucional, com base em ideias de soberania popular. Exigia também o fim de privilégios especiais e a introdução da igualdade perante a lei. Todas essas demandas eram anátemas aos olhos das elites da América do Sul, que ainda dominavam um ambiente institucional baseado nas *encomiendas*, nos trabalhos forçados e no poder absoluto de que elas e o Estado colonial eram revestidos.

O colapso do Estado hispânico em decorrência da invasão napoleônica engendrou uma crise constitucional em toda a América Latina colonial. O reconhecimento ou não da autoridade da Junta Central foi objeto de muita controvérsia e, em resposta, muitos

latino-americanos começaram a formar suas próprias juntas. Era apenas questão de tempo até que vislumbrassem a possibilidade de se tornarem efetivamente independentes da Espanha. A primeira declaração de independência veio à luz em La Paz, Bolívia, em 1809, embora tenha sido rapidamente esmagada por tropas espanholas enviadas do Peru. No México, as atitudes políticas da elite haviam sido moldadas pela Revolta de Hidalgo, liderada em 1810 por um sacerdote, Padre Miguel Hidalgo. Quando os homens de Hidalgo saquearam Guanajuato, em 23 de setembro, mataram o intendente e o oficial colonial superior, e puseram-se a matar todos os brancos, indiscriminadamente. Foi mais uma guerra de classes, ou mesmo étnica, do que um movimento de independência, com o efeito de unir todas as elites para fazer-lhes frente. Se a independência possibilitasse a participação popular na política, as elites locais, e não só os espanhóis, seriam contra. Por conseguinte, as elites mexicanas viram a Constituição de Cádiz, que abria caminho para a participação popular, com extremo ceticismo, e jamais reconheceram sua legitimidade.

Em 1815, com o colapso do império europeu de Napoleão, o Rei Fernando VII voltou ao trono e a Constituição de Cádiz foi anulada. Ao tentar retomar o controle de suas colônias na América, a Coroa espanhola não enfrentou maiores problemas no México legalista. Ainda assim, em 1820, tropas hispânicas reunidas em Cádiz com destino às Américas, a fim de ajudar a restabelecer a autoridade espanhola, amotinaram-se contra Fernando VII. A elas logo se juntaram unidades do exército de todo o país, e Fernando viu-se compelido a restaurar a Constituição de Cádiz e voltar a convocar as Cortes – que, nessa reedição, mostraram-se ainda mais radicais do que aquelas que haviam redigido a Constituição de Cádiz, propondo a abolição do trabalho forçado em todas as suas formas. Atacavam também os privilégios especiais, como, por exemplo, o direito dos militares de serem levados a julgamento criminal em tribunais próprios. Finalmente confrontadas com a imposição desse documento no México, as elites locais decidiram que seria melhor continuar por conta própria e declarar a independência.

Esse movimento de independência foi encabeçado por Agustín de Iturbide, exoficial do Exército espanhol que, em 24 de fevereiro de 1821, publicou o Plano de Iguala, sua visão de um México independente. O plano incluía uma monarquia constitucional com imperador mexicano e removia as provisões da Constituição de Cádiz que as elites locais consideravam tão perigosas para seu *status* e privilégios.

Recebeu apoio instantâneo, e a Espanha logo reconheceu que não poderia impedir o inevitável. Contudo, Iturbide não se limitou a organizar a secessão mexicana. Detectando o vácuo de poder, tratou de tirar proveito de sua formação militar e fez-se declarar imperador, posição que o grande líder da independência sul-americana Simón Bolívar descrevia como “por graça de Deus e das baionetas”. Iturbide não era limitado pelas mesmas instituições políticas que restringiam os presidentes dos Estados Unidos; rapidamente se converteu em ditador e, em outubro de 1822, dissolveu o Congresso sancionado pela Constituição e o substituiu por uma junta de sua escolha. Embora Iturbide não tenha durado muito, esse padrão de acontecimentos se repetiria vezes sem conta no México do século XIX.

A Constituição dos Estados Unidos não criou uma democracia pelos padrões modernos. Cabia a cada estado determinar quem seriam os eleitores. Assim, embora os estados do norte logo tenham estendido o direito ao voto a todos os homens brancos, independentemente de sua renda ou propriedades, apenas aos poucos os do sul mostrariam a mesma prodigalidade. Nenhum deles reconhecia os direitos de mulheres ou escravos e, à medida que os brancos iam sendo liberados das limitações relativas a propriedade e riqueza, eram adotadas restrições raciais que destituíam explicitamente os negros de todo e qualquer direito. A escravidão, é claro, foi considerada legítima quando a Constituição dos Estados Unidos foi escrita na Filadélfia e teve lugar a mais sórdida das negociações com relação à divisão dos assentos na Câmara de Representantes entre os estados. A alocação se daria de acordo com a população de cada estado, mas os representantes do sul solicitaram que os escravos fossem contabilizados. Os nortistas objetaram. Chegou-se ao acordo de que, para fins de distribuição dos assentos na Câmara dos Representantes, cada escravo contaria como três quintos de uma pessoa livre. Os conflitos entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos foram reprimidos durante o processo constitucional mediante a elaboração de pactos como essa regra dos três quintos e similares. Novos ajustes seriam acrescentados com o passar do tempo – como, por exemplo, o Acordo do Missouri, segundo o qual um estado favorável à escravidão e outro contrário seriam sempre agregados juntos à União, de modo a manter o equilíbrio, no Senado, entre as duas posições. Foi graças a esses subterfúgios que as instituições políticas dos Estados Unidos mantiveram-se em funcionamento pacífico até que a Guerra de Secessão viesse solucionar os conflitos em favor do Norte.

A Guerra de Secessão foi sangrenta e destrutiva. Tanto antes quanto depois dela, porém, havia um sem-número de oportunidades econômicas para uma vasta parcela da população, sobretudo no norte e no oeste dos Estados Unidos. No México, a situação era outra. Se os Estados Unidos experimentaram cinco anos de instabilidade política, entre 1860 e 1865, o México viveu um quadro quase permanente de instabilidade nos 50 primeiros anos de sua independência – o que é mais bem ilustrado pela trajetória de Antonio López de Santa Ana.

Santa Ana, filho de um dignitário colonial em Veracruz, destacou-se como soldado lutando pela Coroa espanhola nas guerras de independência. Em 1821, mudou de lado com Iturbide e jamais olhou para trás. Tornou-se presidente do México pela primeira vez em maio de 1833, embora tenha permanecido no poder por menos de um mês, preferindo deixar o exercício do cargo para Valentín Gómez Farías. O mandato de Gómez Farías duraria 15 dias, ao fim dos quais Santa Ana retomou o poder. Todavia, sua segunda presidência foi tão breve quanto a primeira e, no começo de julho, ele foi novamente substituído por Gómez Farías. Santa Ana e Gómez Farías continuariam sua dança até meados de 1835, quando Santa Ana foi substituído por Miguel Barragán. Santa Ana, porém, não era de desistir. Retornou à presidência em 1839, 1841, 1844, 1847 e, por fim, entre 1853 e 1855. No total, foi presidente 11 vezes, no decorrer das quais assistiu à perda do Álamo e do Texas e à desastrosa Guerra Mexicano-Americana, que culminou com a perda do que viria a ser o Novo México e o Arizona. Entre 1824 e 1867, foram 22 os presidentes do México, poucos dos quais assumiram o poder por vias sancionadas pela lei.

A consequência dessa instabilidade política sem precedentes para as instituições e incentivos econômicos deveria ser óbvia. Tamanha inconsistência acarretou profunda insegurança com relação ao direito à propriedade, bem como grave enfraquecimento do Estado mexicano, que agora dispunha de pouquíssima autoridade e capacidade de aumentar a arrecadação ou assegurar a prestação de serviços públicos. Com efeito, muito embora Santa Ana fosse presidente do México, vastas parcelas do país não se encontravam sob seu controle, o que possibilitou a anexação do Texas pelos Estados Unidos. Ademais, conforme acabamos de ver, a força motriz por trás da declaração de independência mexicana foi o desejo de proteger o conjunto de instituições econômicas desenvolvidas durante o período colonial, que havia feito do México, nas palavras do grande explorador e geógrafo da América Latina, o alemão Alexander von Humbolt, “o

país da desigualdade”. Tais instituições, ao erigirem a sociedade sobre a exploração dos povos indígenas e a criação de monopólios, bloquearam os incentivos econômicos e iniciativas da grande massa da população. Assim, enquanto os Estados Unidos começavam a passar pela Revolução Industrial na primeira metade do século XIX, o México empobrecia.

## **TER UMA IDEIA, ABRIR UMA EMPRESA E OBTER UM EMPRÉSTIMO**

A Revolução Industrial começou na Inglaterra. Seu primeiro êxito foi revolucionar a fabricação de tecidos de algodão, graças às novas máquinas movidas a rodas-d'água e, mais tarde, aos motores a vapor. A mecanização da produção multiplicou de forma exponencial a produtividade dos trabalhadores, primeiro na indústria têxtil e depois também em outras. O motor das transformações tecnológicas, em todos os segmentos da economia, era a inovação, encabeçada por novos empreendedores e homens de negócios ávidos por aplicar suas ideias. Esse florescimento inicial não tardou a atravessar o Atlântico Norte e disseminar-se pelos Estados Unidos; as pessoas percebiam as grandes oportunidades econômicas decorrentes da adoção das novas tecnologias desenvolvidas na Inglaterra e viam-se também inspiradas a criar suas próprias invenções.

Podemos tentar compreender a natureza dessas invenções mediante um breve exame quanto a quem eram concedidas as patentes. O sistema de patentes, que protege os direitos de propriedade das ideias, foi sistematizado pelo Estatuto de Monopólios, promulgado pelo Parlamento inglês em 1623, em parte como uma tentativa de impedir que o rei concedesse “cartas de patente” arbitrárias, conferindo a quem bem entendesse direitos exclusivos sobre o empreendimento de determinadas atividades ou negócios. O que mais chama a atenção no registro de patentes nos Estados Unidos é o fato de que os autores dos pedidos vinham de todo tipo de extrato sociocultural e história de vida, não só do meio dos ricos e da elite. Muitos fizeram fortuna graças às suas patentes. Foi o caso de Thomas Edison, inventor do fonograma e da lâmpada elétrica, e fundador da General Electric, até hoje uma das maiores empresas do mundo. Edison era o mais novo de sete irmãos. Seu pai, Samuel Edison, teve diversas ocupações, de serrador de sarrafos para telhados a alfaiate, passando por dono de taverna. Thomas teve pouca educação formal, mas sua mãe o ensinou em casa.

Entre 1820 e 1845, apenas 19% dos detentores de patentes nos Estados Unidos tinham pais com formação profissional específica ou eram provenientes de grandes famílias proprietárias de terras. Nesse mesmo período, 40% dos que registravam uma patente tiveram acesso apenas à educação primária ou menos, como Edison. Ademais, com frequência exploravam sua patente abrindo uma empresa, outra vez como Edison. Do mesmo modo, como os Estados Unidos eram, no século XIX, mais democráticos em termos políticos do que praticamente qualquer outro país do mundo na época, eram também mais democráticos que os demais quando o assunto era inovação – um elemento crítico em sua caminhada rumo a tornar-se a nação economicamente mais inovadora do planeta.

Se você fosse pobre e tivesse uma boa ideia, uma coisa era registrar uma patente – que, afinal de contas, nem era um procedimento tão caro assim. Outra coisa inteiramente distinta era usá-la para ganhar dinheiro. Uma possibilidade, claro, era vendê-la para terceiros. Foi o que Edison fez, logo no princípio, a fim de levantar recursos, quando vendeu seu telégrafo quadruplex por US\$10 mil para a Western Union. Contudo, a venda de patentes só era uma boa ideia em casos como o de Edison, que tinha ideias mais rápido do que era capaz de botar em prática (tendo chegado a um recorde mundial de 1.093 patentes emitidas em seu nome nos Estados Unidos e 1.500 em todo o mundo). O verdadeiro modo de ganhar dinheiro com patentes era fundar seu próprio negócio. Para tanto, porém, era preciso capital – e bancos que o emprestassem.

Mais uma vez, os inventores norte-americanos contaram com um empurrãozinho da sorte. Durante o século XIX, houve uma rápida expansão do sistema bancário e de intermediação financeira, um crucial facilitador do ímpeto de crescimento e industrialização experimentado pela economia. Se em 1818 havia 338 bancos em operação nos Estados Unidos, com um ativo total de US\$160 milhões, em 1914 já eram 27.864 bancos, com um ativo total de US\$27,3 bilhões. Os potenciais inventores nos Estados Unidos tinham pronto acesso a capital para montar seus negócios. Além disso, a intensa concorrência entre bancos e instituições financeiras americanas significava que tais recursos encontravam-se disponíveis a taxas de juros relativamente baixas.

No México, a situação era outra. Com efeito, em 1910, ano em que teve início a Revolução Mexicana, havia apenas 42 bancos no país, dois dos quais controlavam 60% do ativo bancário total. Ao contrário dos Estados Unidos, onde a competição era acirrada, entre os bancos mexicanos ela era quase inexistente – o que significava que os



bancos não só podiam cobrar taxas de juros extorsivas de seus clientes como normalmente mantinham os empréstimos restritos àqueles privilegiados e já ricos, que assim podiam valer-se de seu acesso ao crédito para aumentar o controle que exerciam sobre os vários setores da economia.

A forma assumida pela indústria bancária mexicana ao longo dos séculos XIX e XX foi resultado direto das instituições políticas que se consolidaram no país após a independência. Ao caos da era de Santa Ana seguiu-se uma tentativa malfadada do governo francês do Imperador Napoleão II de instalar um regime colonial no México sob o Imperador Maximiliano, entre 1864 e 1867. Os franceses foram expulsos, e foi elaborada uma nova Constituição. Todavia, o governo constituído primeiro por Benito Juárez e, após sua morte, por Sebastián Lerdo de Tejada logo seria desafiado por um jovem militar de nome Porfirio Díaz. Díaz, general vitorioso na guerra contra os franceses e que havia desenvolvido aspirações de poder, formou um exército rebelde e, em novembro de 1876, derrotou as tropas do governo na Batalha de Tecoac. Em maio do ano seguinte, elegeu-se presidente – e governaria o México de forma mais ou menos contínua e cada vez mais autoritária até ser deposto ao irromper a revolução, 34 anos depois.

Como seus antecessores Iturbide e Santa Ana, Díaz começou a vida como comandante militar. Esse tipo de trajetória política iniciada nas Forças Armadas foi, sem dúvida, conhecida nos Estados Unidos. O primeiro presidente dos Estados Unidos, George Washington, também fora um bem-sucedido general na Guerra de Independência. Ulysses S. Grant, um dos generais vitoriosos da União na Guerra de Secessão, assumiria a presidência em 1869; e Dwight D. Eisenhower, comandante supremo das forças aliadas na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, seria presidente do país entre 1953 e 1961. Ao contrário de Iturbide, Santa Ana e Díaz, entretanto, nenhum desses militares recorreu à força para guindar-se ao poder – e tampouco fez uso dela para não ter de abdicar de sua posição. Todos submeteram-se à Constituição. Embora o México tivesse constituições no século XIX, elas impunham poucas restrições ao que Iturbide, Santa Ana e Díaz podiam fazer. A única maneira de tirar esses homens do poder era do mesmo modo como eles o conquistaram: com violência.

Díaz transgrediu os direitos de propriedade das pessoas, facilitando a expropriação de vastas extensões de terra, e concedeu monopólios e favores a seus defensores em

todas as linhas de negócios, inclusive no setor bancário. Não que houvesse algo de novo em seu modo de proceder. Era exatamente o que os conquistadores espanhóis haviam feito, e o que fizera Santa Ana em seu rastro.

O motivo pelo qual os Estados Unidos dispunham de uma indústria bancária substancialmente mais favorável para a prosperidade econômica do país nada tinha a ver com alguma peculiaridade no que movia os proprietários de bancos. De fato, a motivação do lucro, esteio da natureza monopolística da indústria bancária no México, estava igualmente presente nos Estados Unidos, só que canalizado de forma distinta, em virtude de as instituições serem radicalmente distintas. Os banqueiros lidavam com instituições econômicas diferentes, que os submetiam a uma concorrência muito maior – o que se devia em grande parte, por sua vez, ao fato de que os políticos que elaboraram as regras para os banqueiros também recebiam incentivos muito diferentes, engendrados por outras instituições políticas. Com efeito, no final do século XVIII, pouco depois de a Constituição americana entrar em vigor, começou a despontar um sistema bancário bastante parecido com o que posteriormente viria a dominar o México. Os políticos tentaram instalar monopólios que pudessem distribuir entre amigos e parceiros em troca de parte de seus lucros. Os bancos também logo se puseram a emprestar dinheiro aos políticos que os regulavam, como no México. Nos Estados Unidos, porém, essa situação não poderia se sustentar porque os políticos que tentavam implementar tais monopólios, ao contrário de seus colegas mexicanos, eram sujeitos a eleição e reeleição. A criação de monopólios bancários e a obtenção de empréstimos exclusivos é um bom negócio para os políticos quando conseguem sair incólumes. Não é particularmente benéfico para os cidadãos, contudo. Ao contrário do México, nos Estados Unidos os cidadãos tinham condições de manter os políticos sob controle e livrar-se dos que procurassem legislar em causa própria ou agraciar seus camaradas com privilégios. Por conseguinte, os monopólios bancários vieram abaixo. A ampla distribuição de direitos políticos nos Estados Unidos, sobretudo se comparada ao México, garantia igualdade de acesso a recursos e empréstimos, o que por sua vez assegurava que aqueles que tivessem ideias e invenções delas se beneficiassem.

## **MUDANÇAS QUE DEPENDEM DA TRAJETÓRIA**

O mundo estava mudando nas décadas de 1870 e 1880, e a América Latina não era

exceção. As instituições estabelecidas por Porfirio Díaz não eram idênticas às de Santa Ana ou do Estado colonial espanhol. A economia mundial apresentou um *boom* na segunda metade do século XIX, e inovações nos meios de transporte, como o navio a vapor e as ferrovias, resultaram em enorme expansão do comércio internacional. Tamanha onda de globalização significava que países ricos em recursos como o México – ou, para uma descrição mais adequada, suas elites locais – poderiam enriquecer mediante a exportação de matérias-primas e recursos naturais para a América do Norte ou a Europa Ocidental, então em pleno processo de industrialização. Díaz e seus companheiros viam-se, portanto, em um mundo muito diferente e em rápida transformação. Perceberam que também o México precisava mudar – o que não queria dizer, todavia, que as instituições coloniais seriam extirpadas e substituídas por outras similares às norte-americanas; pelo contrário, a mudança a promover seria “dependente da trajetória”,<sup>8</sup> limitando-se a levar ao estágio seguinte as instituições que tanto já haviam contribuído para a pobreza e a desigualdade da América Latina.

A globalização tornou valiosos os vastos espaços vazios das Américas, suas “fronteiras abertas”. De modo geral, eram terras que se encontravam vagas apenas de um ponto de vista mítico, pois eram habitadas por povos indígenas submetidos a uma brutal destituição. De todo modo, a corrida por esse recurso recém-valorizado foi um dos processos definidores das Américas na segunda metade do século XIX. A súbita abertura da preciosa fronteira, porém, em vez de deflagrar processos paralelos nos Estados Unidos e na América Latina, contribuiu apenas para aprofundar as divergências, em virtude das diferenças institucionais já existentes – sobretudo aquelas que determinavam quem tinha acesso à terra. Nos Estados Unidos, uma longa série de atos legislativos, desde a Lei da Terra (*Land Ordinance*) de 1785 até a Lei da Propriedade Rural (*Homestead Act*) de 1862, deu amplo acesso às terras de fronteira. Embora os povos indígenas tenham sido ignorados, instaurou-se assim uma fronteira igualitária e economicamente dinâmica. Na maior parte dos países da América Latina, todavia, as instituições políticas locais engendraram um resultado completamente distinto. As fronteiras foram repartidas entre os que já eram poderosos em termos políticos e os detentores de riqueza e dos contatos certos, multiplicando ainda mais seu poderio.

Díaz também se dedicou ao dismantelamento de vários legados institucionais dos tempos da colônia que estorvavam o comércio internacional, vislumbrando aí novas

possibilidades de enriquecimento para si mesmo e seus partidários. Seu modelo, contudo, continuou não sendo o tipo de desenvolvimento econômico que se via ao norte do Rio Grande,<sup>h</sup> mas aquele de Cortés, Pizarro e Toledo, no qual a elite fazia fortunas incalculáveis enquanto o resto da população permanecia à margem. Quando a elite investia, a economia apresentava um pequeno crescimento – fadado, no entanto, a ser decepcionante, além de sobrevir sempre em detrimento daqueles desprovidos de direitos nessa nova ordem. Foi o caso, por exemplo, do povo *yaqui*, de Sonora, sertão de Nogales: entre 1900 e 1910, possivelmente 30 mil *yaquis* foram deportados (em essência, escravizados) e enviados para trabalhar nos latifúndios de agave de Iucatã. (As fibras do agave constituíam um importante item de exportação, dada sua utilidade na confecção de cordas e barbante.)

A persistência, século XX adentro, de um padrão institucional específico incompatível com o crescimento no México e América Latina é bem ilustrada pelo fato de que, como no século XIX, tal padrão continuou gerando estagnação econômica e instabilidade política, golpes e guerras civis, à medida que os grupos digladiavam pelos benefícios do poder. Díaz finalmente perdeu o poder para forças revolucionárias em 1910. À Revolução Mexicana seguiram-se outras na Bolívia, em 1952, Cuba, em 1959, e Nicarágua, em 1979. Nesse ínterim, Colômbia, El Salvador, Guatemala e Peru foram assolados por conflitos civis contínuos. A expropriação de ativos, ou ameaça de expropriação, prosseguia em ritmo acelerado, com reformas agrárias em massa (ou tentativas de reforma) na Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, Peru e Venezuela. Revoluções, desapropriações e instabilidade política acompanhavam governos militares e ditaduras dos mais diversos tipos. Embora se verificasse também uma muito gradual implementação de poderes políticos mais amplos, só na década de 1990 a maioria dos países latino-americanos tornou-se uma democracia, e mesmo então continuaram atolados em instabilidade.

Tamanha instabilidade era acompanhada de homicídios e repressão em massa. O Relatório da Comissão Nacional para a Verdade e a Reconciliação no Chile, de 1991, concluiu que 2.279 pessoas foram assassinadas por motivos políticos durante a ditadura Pinochet, entre 1973 e 1990. Possivelmente 50 mil foram presas e torturadas, e centenas de milhares perderam o emprego. O Relatório da Comissão Guatemalteca para Esclarecimento Histórico, de 1999, identificou pelo nome um total de 42.275 vítimas, embora haja quem afirme que chegam a 200 mil os assassinados na Guatemala entre

1962 e 1996, 70 mil só durante o regime do General Efraim Ríos Montt, capaz de perpetrar tais crimes com tamanho grau de impunidade que ele pôde disputar a presidência em 2003; felizmente, não venceu. A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina estabeleceu em nove mil os mortos no país pelos militares entre 1976 e 1983, com a ressalva de que o número talvez seja maior (estimativas de organizações de direitos humanos costumam situá-lo em torno de 30 mil).

## **GANHANDO UM BILHÃOZINHO OU DOIS**

As duradouras implicações da organização da sociedade colonial e dos legados institucionais dessas sociedades são determinantes para as atuais diferenças entre Estados Unidos e México, e, por conseguinte, as duas metades de Nogales. O contraste entre o modo como Bill Gates e Carlos Slim vieram a ser os dois homens mais ricos do mundo – estando Warren Buffett também na disputa – ilustra bem as forças em jogo. A ascensão de Gates e da Microsoft é bem conhecida, mas o fato de Gates ser a pessoa mais rica do mundo e fundador de uma das empresas mais inovadoras em termos tecnológicos não impediu o Departamento de Justiça norte-americano de mover ações civis contra a Microsoft Corporation em 8 de maio de 1998, acusando-a de abuso de monopólio. O que estava particularmente em questão era o modo como a Microsoft havia embutido o Internet Explorer, seu navegador para a Web, no Windows, seu sistema operacional. O governo americano estava há algum tempo de olho em Gates, e já em 1991 a Federal Trade Commission (Comissão Federal de Comércio) havia aberto um inquérito para averiguar se a Microsoft estava incorrendo em abuso de monopólio com relação aos sistemas operacionais para PCs. Em novembro de 2001, a Microsoft chegou a um acordo com o Departamento de Justiça e teve suas asas cortadas, ainda que as penalidades ficassem aquém do que muitos esperavam.

No México, o enriquecimento de Carlos Slim não se deu por meio da inovação. A princípio, destacou-se na composição de acordos no mercado de capitais e na compra e renovação de empresas que não davam lucro. Sua maior jogada foi a aquisição da Telmex, monopólio mexicano de telecomunicações privatizado pelo Presidente Carlos Salinas em 1990. O governo anunciou sua intenção de vender 51% das ações com direito a voto (20,4% do patrimônio total) da empresa em setembro de 1989 e recebeu

as ofertas em novembro de 1990. Embora Slim não tenha feito a oferta mais alta, um consórcio liderado por seu Grupo Corso venceu o leilão. Em vez de efetuar o pagamento à vista, Slim conseguiu postergá-lo, usando os próprios dividendos da Telmex para pagar pela compra. O que fora outrora monopólio público tornou-se monopólio de Slim, e de alta rentabilidade.

As instituições econômicas que tornaram Carlos Slim quem ele é são muito diferentes daquelas existentes nos Estados Unidos. Se você for um mexicano empreendedor, as barreiras que encontrará a cada estágio de sua carreira vão desempenhar um importante papel em sua trajetória. Entre elas se encontram licenças caras que será preciso obter, burocracias que será preciso superar, políticos e encarregados que atravessarão o seu caminho e a dificuldade de obter financiamento de um setor financeiro que não raro estará mancomunado com os encarregados que você tentará dobrar. Tais barreiras serão ou intransponíveis, mantendo-o fora das áreas rentáveis, ou suas maiores aliadas, mantendo seus concorrentes à margem. A diferença entre as duas situações é, evidentemente, quem você conhece e quem consegue influenciar – e quem você pode subornar. Carlos Slim, um homem de talento e ambição, de origem relativamente modesta entre imigrantes libaneses, é um mestre na obtenção de contratos exclusivos; conseguiu monopolizar o lucrativo mercado das telecomunicações no México, para em seguida estender seu alcance ao restante da América Latina.

Houve desafios ao monopólio de Slim com a Telmex, mas sem êxito. Em 1996, a Avantel, operadora de telefonia de longa distância, solicitou à Comissão de Concorrência Mexicana que averiguasse se a Telmex desfrutava de uma posição dominante no mercado de telecomunicações. Em 1997, a comissão declarou que a empresa detinha substancial poder de monopólio com relação à telefonia local, ligações nacionais de longa distância e ligações internacionais de longa distância, entre outros fatores. Mesmo assim, todas as tentativas das autoridades reguladoras do país de limitar tais monopólios foram inúteis. Um dos motivos é que Slim e a Telmex podem valer-se do que se conhece como *recurso de amparo*, literalmente “apelo por proteção” – um dispositivo para que determinada lei não se aplique a determinado caso individual. A ideia do *amparo* remonta à Constituição mexicana de 1857, tendo sido originalmente concebido como garantia de direitos e liberdades individuais. Nas mãos da Telmex e outros monopólios mexicanos, porém, tornou-se um formidável

instrumento para consolidar seu poder. Em vez de resguardar os direitos da população, o *amparo* constitui um subterfúgio para esquivar-se da igualdade perante a lei.

Slim amealhou sua fortuna na economia mexicana em grande parte graças às suas conexões políticas. Sua incursão nos Estados Unidos foi um fracasso. Em 1999, seu Grupo Corso adquiriu a CompUSA, rede de varejo de computadores que, na época, havia concedido uma franquia a uma empresa chamada COC Services para vender seus produtos no México. Slim imediatamente violou esse contrato com a intenção de estabelecer sua própria rede de lojas, sem a concorrência da COC. Esta, porém, entrou com um processo contra a CompUSA em um tribunal de Dallas. Como não há *amparos* em Dallas, Slim perdeu e teve de pagar uma multa no valor de US\$454 milhões. O advogado da COC, Mark Werner, observaria depois que “a lição dada por esse veredicto é que, nesta economia global, as empresas terão de respeitar as regras dos Estados Unidos se quiserem instalar-se aqui”. Sob as instituições americanas, as táticas habituais de Slim para ganhar dinheiro não deram certo.

## **RUMO A UMA TEORIA DA DESIGUALDADE MUNDIAL**

Vivemos em um mundo desigual. As diferenças entre as nações são análogas àquelas que separam as duas metades de Nogales, ainda que em escala maior. Nos países ricos, a população é mais saudável, tem expectativa de vida mais alta e acesso muito maior à educação. Dispõe também de uma variedade de recursos e opções na vida, de férias a possibilidades de carreira, com o que nos países pobres pode-se apenas sonhar. Os habitantes dos países ricos dirigem em estradas sem crateras e desfrutam de vasos sanitários, eletricidade e água corrente em suas casas. Em geral contam também com governos que não os prendem nem assediam de maneira arbitrária – pelo contrário, prestam serviços como educação, saúde, rodovias, lei e ordem. Igualmente notável é o fato de que os cidadãos votam nas eleições e têm alguma voz nos rumos políticos tomados por sua pátria.

As grandes diferenças em termos de desigualdade mundial são evidentes para todos, mesmo aqueles, nos países pobres, a quem falta acesso à televisão ou à internet. É a percepção e a realidade dessas discrepâncias que leva as pessoas a cruzarem ilegalmente o Rio Grande ou o Mar Mediterrâneo, em busca da possibilidade de experimentar as oportunidades e padrões de vida dos países ricos. Tal desigualdade

não tem consequências apenas para a vida dos indivíduos nos países pobres; causa também queixas e ressentimentos, com imensas consequências políticas para os Estados Unidos e outros países. Compreender as razões por que tais diferenças existem e o que as causa é nosso objetivo neste livro. Chegar a esse entendimento não constitui um fim em si, mas é também um primeiro passo no sentido da geração de ideias mais eficazes acerca de como melhorar a vida de bilhões que ainda vivem na pobreza.

As disparidades entre os dois lados da cerca em Nogales são apenas a ponta do iceberg. Como é regra no norte do México, que se beneficia do comércio com os Estados Unidos (ainda que nem todo ele seja legal), os residentes de Nogales são mais abastados que outros mexicanos, cuja renda familiar anual média gira em torno de US\$5 mil. Essa maior prosperidade relativa de Nogales, Sonora, deve-se aos parques industriais de fábricas *maquiladoras*,<sup>i</sup> o primeiro dos quais foi fundado por Richard Campbell Jr., fabricante de cestas californiano. Sua primeira locatária foi a Coin-Art, fabricante de instrumentos musicais que pertencia a Richard Bosse, proprietário da Artley, uma fábrica de flautas e saxofones em Nogales, Arizona. A Coin-Art foi seguida pela Memorex (cabeamento de computadores), Avent (vestuário hospitalar), Grant (óculos de sol), Chamberlain (fabricante de abridores de portas de garagem para a Sears) e Samsonite (maletas). Significativamente, são todas empresas com sede nos Estados Unidos e de proprietários americanos, usando capital e know-how americanos. A maior riqueza de Nogales, Sonora, em relação ao resto do México, portanto, vem de fora.

As diferenças entre os Estados Unidos e o México, por sua vez, são pequenas se comparadas àquelas encontradas no resto do planeta. O cidadão americano médio é 7 vezes mais rico que o mexicano médio, e 10 vezes mais que o peruano ou centro-americano; cerca de 20 vezes mais rico que o morador médio da África subsaariana e quase 40 vezes mais que os habitantes dos países africanos mais pobres, como Mali, Etiópia e Serra Leoa – e não são só os Estados Unidos. Há um pequeno mas crescente grupo de países ricos – situados em sua maioria na Europa e América do Norte, mas composto também por Austrália, Japão, Nova Zelândia, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan – cujos cidadãos levam uma vida muito diferente daquela da população do resto do planeta.

O motivo por que Nogales, Arizona, é muito mais rica que Nogales, Sonora, é simples: trata-se do fruto de instituições completamente distintas de um lado e de outro



da fronteira, que geram incentivos muito diferentes para os habitantes de cada metade da cidade. Os Estados Unidos também são muito mais ricos hoje do que o México ou o Peru graças ao modo como suas instituições, tanto econômicas quanto políticas, geram incentivos para empresas, indivíduos e políticos. Cada sociedade funciona com um conjunto de regras econômicas e políticas criadas e aplicadas pelo Estado e pelos cidadãos em conjunto. As instituições econômicas dão forma aos incentivos econômicos: incentivos para buscar mais educação, para poupar e investir, para inovar e adotar novas tecnologias, e assim por diante. É o processo político que determina a que instituições econômicas as pessoas viverão submetidas, e são as instituições políticas que ditam como funciona esse processo. Por exemplo, são as instituições políticas de uma nação que estabelecem a capacidade dos cidadãos de controlar os políticos e influenciar seu comportamento – o que, por sua vez, define se os políticos serão agentes dos cidadãos, ainda que imperfeitos, ou se terão a possibilidade de abusar do poder que lhes foi confiado, ou que usurparam, para fazer fortuna e agir em benefício próprio, em detrimento dos cidadãos. As instituições políticas incluem Constituições escritas – mas não se limitam a elas – e o fato de a sociedade ser uma democracia. Compreendem o poder e a capacidade do Estado de regular e governar a sociedade. É igualmente necessário considerar de forma mais ampla os fatores que determinam como o poder político se distribui na sociedade, sobretudo a capacidade de diferentes grupos de agir coletivamente em busca de seus objetivos ou impedir outros de atingirem os seus.

À medida que influenciam comportamentos e incentivos na vida real, as instituições forjam o sucesso ou fracasso dos países. O talento individual é importante em todos os níveis da sociedade, mas mesmo ele requer um arcabouço institucional para converter-se em força positiva. Bill Gates, como outras figuras lendárias da indústria de tecnologia da informação (como Paul Allen, Steve Ballmer, Steve Jobs, Larry Page, Sergey Brin e Jeff Bezos), era dotado de imenso talento e ambição – mas, em última instância, respondeu a incentivos. O sistema educacional americano possibilitou que Gates e outros como ele adquirissem um conjunto único de competências que vieram complementar seus talentos. As instituições econômicas dos Estados Unidos permitiram que esses homens fundassem empresas com facilidade, sem para isso enfrentar obstáculos intransponíveis; essas mesmas instituições viabilizaram o financiamento de seus projetos. O mercado de trabalho americano lhes permitiu contratar pessoal

qualificado, e o ambiente de mercado relativamente competitivo possibilitou que expandissem suas empresas e comercializassem seus produtos. Esses empreendedores tinham a convicção, desde o começo, de que os projetos dos seus sonhos tinham condições de ser implementados: confiavam nas instituições e no estado de direito por elas engendrado, e nada tinham a temer em relação à segurança de seus direitos de propriedade. Por fim, as instituições políticas lhes asseguravam estabilidade e continuidade. De um lado, garantiam que não havia risco de um ditador assumir o poder e mudar as regras do jogo, desapropriando-os de sua riqueza, aprisionando-os ou ameaçando sua vida e meios de subsistência. Asseguravam também que nenhum interesse particular presente na sociedade seria capaz de abduzir o governo e impeli-lo em alguma direção desastrosa em termos econômicos, já que o poder político era ao mesmo tempo limitado e distribuído de maneira suficientemente ampla para possibilitar o surgimento de uma série de instituições econômicas geradoras de incentivos para a prosperidade.

Este livro pretende mostrar que, por mais vitais que sejam as instituições econômicas para determinar o grau de pobreza ou riqueza de dado país, a política e as instituições políticas é que ditam que instituições econômicas o país terá. Em última instância, as boas instituições econômicas dos Estados Unidos são fruto das instituições políticas que emergiram gradualmente após 1619. Nossa teoria da desigualdade mundial mostra como interagem as instituições políticas e econômicas, causando pobreza ou prosperidade, e como cada parte do mundo acabou desenvolvendo seu próprio conjunto de instituições. Nossa breve revisão da história das Américas limitou-se a dar uma pincelada das forças que moldam as instituições políticas e econômicas. Cada padrão institucional hoje se encontra profundamente enraizado no passado porque, uma vez que a sociedade se organiza de determinado modo, este tende a persistir. Mostraremos que esse fato se deve ao modo como as instituições políticas e econômicas interagem.

Tal persistência e as forças que a criam explicam também por que é tão difícil extirpar a desigualdade do mundo e enriquecer os países pobres. Embora as instituições sejam a chave para as diferenças entre as duas Nogales, bem como entre México e Estados Unidos, isso não quer dizer que haverá qualquer consenso no México no sentido de modificar suas instituições. Não é necessário que uma sociedade desenvolva ou adote as instituições que são melhores para o crescimento econômico ou o bem-estar

de seus cidadãos porque outras instituições podem ser ainda melhores para aqueles que detêm o controle da política e das instituições políticas. Os poderosos e o restante da sociedade com frequência vão divergir quanto a quais instituições devem permanecer e quais devem ser modificadas. Carlos Slim não gostaria nem um pouco de ver o desaparecimento de suas conexões políticas nem a dissolução das barreiras que protegem seus negócios – por mais que o surgimento de novas empresas significasse o enriquecimento de milhões de mexicanos. Por não haver tal consenso, as regras que acabam regendo cada sociedade são definidas pela política: quem detém o poder e como esse poder pode ser exercido. Carlos Slim tem o poder de conseguir o que quer. O poder de Bill Gates é muito mais limitado. É por isso que nossa teoria trata não só de economia, mas também de política.

Trata dos efeitos das instituições sobre o sucesso e o fracasso das nações – e, portanto, da economia da pobreza e da prosperidade; trata também de como as instituições são determinadas e transformam-se ao longo do tempo e como acabam tornando-se incapazes de mudar quando criam pobreza e miséria para milhões – e, portanto, da política da pobreza e da prosperidade.

# 9.

## REVERTENDO O DESENVOLVIMENTO

### ESPECIARIAS E GENOCÍDIO

**O** ARQUIPÉLAGO DAS MOLUCAS, na moderna Indonésia, é composto de três grupos de ilhas. No começo do século XVII, as Molucas do Norte compreendiam os reinos independentes de Tidore, Ternate e Bacan. O grupo do meio incluía o reino insular de Ambon. No sul ficavam as Ilhas Banda, um pequeno arquipélago ainda não unificado politicamente. Embora hoje talvez nos pareça um lugar remoto, as Molucas eram, na época, peças-chave do comércio mundial, por serem as únicas produtoras de especiarias preciosas, como cravo-da-índia, macis e noz-moscada – sendo que, destes, a noz-moscada e o macis eram originários exclusivamente das Ilhas Banda. Os habitantes dessas ilhas produziam e exportavam tais especiarias raras em troca de alimentos e produtos manufaturados provenientes da Ilha de Java, do entreposto de Melaka, na Península da Malásia, e da Índia, China e Arábia.

O primeiro contato desse povo com os europeus ocorreu no século XVI, com os navegadores portugueses que chegaram em busca de especiarias – que, até então, chegavam à Europa via Oriente Médio, por rotas comerciais controladas pelo Império Otomano. No intuito de obter acesso direto às Ilhas das Especiarias e a esse comércio, os europeus partiram em busca de uma passagem contornando a África ou através do Atlântico. O marinheiro português Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança em 1488 e, por aí, a Índia foi alcançada por Vasco da Gama em 1498. Pela primeira vez, os europeus dispunham de sua própria rota independente até as Ilhas das Especiarias.

Os portugueses imediatamente se lançaram à tarefa de tentar controlar o comércio de especiarias. Capturaram Melaka em 1511. Estrategicamente localizada na Costa

Oeste da Península da Malásia, era para lá que mercadores de todo o Sudeste Asiático se dirigiam para vender suas especiarias para outros mercadores, indianos, chineses e árabes, que então os embarcavam para o Ocidente. Nas palavras do viajante português Tomé Pires, em 1515: “O comércio entre as diferentes nações num raio de 6,5 mil quilômetros passa obrigatoriamente por Melaka. [...] Quem for senhor de Melaka terá as mãos na garganta de Veneza.”

Com Melaka em suas mãos, os portugueses deram início a tentativas sistemáticas de conquistar o monopólio do inestimável comércio de especiarias. Em vão.

Ín di a Ch in a Ta iwan Ja pã o Av a Mian ma r Laos Pe gu Ta ilândi a  
Ca mboja V iet ã Fi lipi na s L uzo n Ma nila Vi saya s Cebu Ma gu  
indana o Mindan o Su lu Br u nei Bo rn éu Banjarmasi n Su lawesi Te  
rnat e Tidore Ma lu ku Am bo n Banda Timor Le st e Lo mbok Sura ba  
ya Ba li Tu ban Ac eh Pe ní ns ula da Ma lá sia Me la ka C ing apur a  
Pa lemban g Sumatr a Ja car ta Banten Ja va

Mapa 14: Sudeste Asiático, Ilhas das Especiarias, Ambon e  
Banda em 1600

Os rivais que teriam de encarar nada tinham de insignificantes. Entre os séculos XIV e XVI, o comércio de especiarias promoveu um surto de desenvolvimento econômico no Sudeste Asiático. Cidades-estados como Aceh, Banten, Melaka, Makassar, Pegu e Brunei expandiram-se rapidamente, produzindo e exportando especiarias e outros produtos, como madeiras de lei.

Esses Estados apresentavam formas absolutistas de governo similares às existentes na Europa no mesmo período. O desenvolvimento de instituições políticas foi fomentado por processos similares, entre eles as mudanças tecnológicas nos métodos de guerra e comércio internacional. As instituições estatais foram paulatinamente se centralizando, girando em torno de um soberano que reivindicava o poder absoluto. Como os monarcas absolutos europeus, os reis do Sudeste Asiático dependiam basicamente do comércio como fonte de renda, e tanto se dedicavam pessoalmente a ele quanto concediam monopólios para as elites locais e estrangeiras. Como na Europa absolutista, essa estratégia gerou algum crescimento econômico, embora oferecesse um conjunto de instituições econômicas que estava longe de ser o ideal para a

prosperidade econômica, com barreiras alfandegárias significativas e direitos de propriedade predominantemente instáveis. Não obstante, o processo de comercialização já se encontrava em andamento enquanto os portugueses se desdobravam para estabelecer seu domínio no Oceano Índico.

A presença dos europeus ganhou muito em peso e impacto com a chegada dos holandeses. Estes logo se deram conta de que monopolizar o fornecimento de especiarias valiosas das Molucas seria muito mais rentável do que concorrer com os comerciantes locais ou outros europeus. Assim, em 1600 persuadiram o governante de Ambon a assinar um contrato de exclusividade, que lhes conferia o monopólio do comércio local de cravo-da-índia. Com a fundação da Companhia Holandesa das Índias Orientais em 1602, os holandeses acabaram levando a melhor em suas tentativas de se apoderar de todo o comércio de especiarias e eliminar seus concorrentes, por bem ou por mal. Tanto pior para o Sudeste Asiático. A Companhia Holandesa das Índias Orientais foi, depois da Companhia Inglesa das Índias Orientais, a segunda sociedade anônima por ações europeia – dois marcos no desenvolvimento das corporações modernas, que mais tarde desempenhariam papel central no crescimento industrial europeu. Foi também a segunda empresa a dispor de Exército próprio, com suficiente poder para travar guerras e colonizar terras estrangeiras. Lançando mão do poderio militar da companhia, os holandeses trataram de tirar do caminho todos os potenciais obstáculos ao seu tratado com o governante de Ambon. Assim, em 1605 capturaram um forte estratégico dos portugueses e afastaram à força todos os demais mercadores. Expandiram-se então para as Molucas do Norte, obrigando os soberanos de Tidore, Ternate e Bacan a vedar o cultivo e a comercialização do cravo-da-índia em seus territórios. O tratado imposto a Ternate chegava mesmo a permitir que os holandeses destruíssem todos os pés de cravo-da-índia que porventura encontrassem dentro de suas fronteiras.

O regime vigente em Ambon era similar ao de boa parte da Europa e das Américas na mesma época. Seus cidadãos pagavam tributos ao governante local e eram submetidos a trabalhos forçados. Os holandeses assumiram o controle e intensificaram o sistema, de modo a extrair mais trabalho e maior quantidade de cravo da ilha. Até a sua chegada, famílias extensas pagavam à elite local tributos sob a forma de cravo-da-índia. Os holandeses estipularam então que cada uma delas permaneceria presa à terra e teria de cultivar determinado número de pés de cravo, além de passar a ser obrigada

a prestar trabalhos forçados aos novos senhores.

Os holandeses assumiram também o controle das Ilhas Banda, agora no intuito de monopolizar o macis e a noz-moscada. Contudo, a organização dessas ilhas era completamente distinta da de Ambon; eram compostas de um sem-número de pequenas cidades-estados autônomas, sem hierarquia social ou política. Esses pequenos Estados, na realidade não mais que aldeias, eram regidos por assembleias de cidadãos. Não havia uma autoridade central que os holandeses pudessem coagir a assinar um contrato de monopólio nem uma estrutura tributária de que se pudessem apropriar a fim de capturar todo o fornecimento de noz-moscada e macis. A princípio, isso significou que os holandeses teriam de concorrer com os mercadores ingleses, portugueses, indianos e chineses, perdendo as especiarias para os adversários sempre que não pagassem preços altos o bastante. Vendo desmoronar os seus planos iniciais de estabelecer um monopólio do macis e da noz-moscada, o governador holandês da Batávia, Jan Pieterszoon Coen, divisou um novo plano. Em 1618, Coen fundou Batávia, na Ilha de Java, como nova capital da Companhia Holandesa das Índias Orientais. Em 1621, dirigiu-se a Banda com uma esquadra e tratou de massacrar quase toda a população das ilhas – provavelmente umas 15 mil pessoas. Todos os líderes foram executados com os demais e apenas alguns permaneceram vivos – em número suficiente para preservar o know-how necessário à produção das especiarias. Concluído o genocídio, Coen instaurou a estrutura política e econômica necessária para seu plano: uma sociedade de *plantation*. As ilhas foram divididas em 68 lotes, confiados a 68 holandeses, em sua maioria funcionários ou ex-funcionários da Companhia Holandesa das Índias Orientais. Os novos donos da terra aprenderam com os habitantes sobreviventes a cultivar as especiarias, comprando escravos da companhia para povoar as ilhas, agora desertas, e produzir o macis e a noz-moscada, a serem vendidos à companhia a preços predeterminados.

As instituições extrativistas instauradas pelos holandeses nas Ilhas das Especiarias alcançaram os efeitos desejados – ainda que, em Banda, isso tenha se dado ao custo de 15 mil vidas inocentes e do estabelecimento de instituições políticas e econômicas que condenariam as ilhas ao subdesenvolvimento. No final do século XVII, os holandeses haviam reduzido em cerca de 60% o fornecimento mundial dessas especiarias, e o preço da noz-moscada havia duplicado.

Os holandeses espalharam a estratégia que aperfeiçoaram nas Molucas para a

região inteira, com profundas implicações para as instituições políticas e econômicas do resto do Sudeste Asiático. O longo processo de expansão comercial de diversos Estados da região, iniciado no século XIV, entrou em retrocesso. Mesmo aqueles que não chegaram a ser diretamente submetidos ao poder colonial e esmagados pela Companhia Holandesa das Índias Orientais fecharam-se e abandonaram o comércio. A incipiente transformação econômica e política no Sudeste Asiático foi interrompida.

A fim de evitar o perigo representado pela Companhia Holandesa das Índias Orientais, vários Estados abandonaram a produção agrícola para exportação e abdicaram de toda atividade comercial. A autossuficiência era mais segura do que enfrentar os holandeses. Em 1620, o Estado de Banten, na Ilha de Java, derrubou suas pimenteiras na esperança de assim induzir os holandeses a deixá-lo em paz. Quando um mercador holandês visitou Maguindanao, no sul das Filipinas, em 1686, disseram-lhe: “Aqui é possível cultivar noz-moscada e cravo-da-índia, como em Malaku. Não nos dedicamos mais a isso porque o antigo rajá ordenou que fossem todas destruídas antes de morrer, por medo de que a companhia holandesa viesse disputá-las.” Outro comerciante ouviu declaração similar sobre o regente de Maguindanao, em 1699: “Ele havia proibido que se continuasse plantando pimenta para não acabar envolvido em uma guerra, fosse com a companhia [holandesa] ou com algum outro potentado.” Seguiu-se um processo de desurbanização e até de declínio econômico. Em 1635, os birmaneses transferiram sua capital de Pegu, no litoral, para Ava, bem no interior, subindo o Rio Irrawaddy.

Não sabemos que rumos tomariam os Estados do Sudeste Asiático em seu desenvolvimento econômico e político se não tivesse havido a agressão holandesa. Talvez produzissem seu próprio estilo de absolutismo e permanecessem no mesmo estágio em que se encontravam no final do século XVI ou talvez tivessem dado continuidade às suas atividades comerciais e gradualmente fossem adotando instituições cada vez mais inclusivas. Do mesmo modo como nas Molucas, porém, o colonialismo holandês mudou de maneira drástica a direção de seu desenvolvimento econômico e político. Os povos do Sudeste Asiático puseram fim ao seu intercâmbio comercial, fecharam-se e intensificaram seu absolutismo. Nos dois séculos que se seguiram, não estariam em condições de tirar proveito das inovações decorrentes da Revolução Industrial. E, em última instância, nem a interrupção do comércio os poria a salvo dos europeus; no final do século XVIII, quase todos haviam sido engolfados por



impérios coloniais.

VIMOS NO CAPÍTULO 7 como a expansão europeia no Atlântico impulsionou a instalação de instituições inclusivas na Grã-Bretanha. Conforme ilustrado pela experiência das Molucas sob domínio holandês, porém, essa mesma expansão espalhou as sementes do subdesenvolvimento nos mais diversos cantos do mundo ao impor instituições extrativistas ou reforçar as já existentes. Estas, de maneira direta ou indireta, puseram a perder a incipiente atividade comercial e industrial em todo o planeta ou ajudaram a perpetuar instituições que bloquearam a industrialização. Por conseguinte, enquanto a Revolução Industrial se disseminava por determinadas regiões do mundo, aqueles lugares submetidos aos impérios coloniais europeus não tinham a menor chance de beneficiar-se das novas tecnologias.

## **A INSTITUIÇÃO HABITUAL**

No Sudeste Asiático, a difusão do poder comercial e naval europeu nos primórdios da era moderna abortou um período promissor de expansão econômica e transformação institucional. Na mesma época em que a Companhia Holandesa das Índias Orientais se expandia, uma modalidade comercial completamente distinta se intensificava na África: o tráfico de escravos.

Nos Estados Unidos, a escravidão nos estados do sul costumava ser denominada “instituição peculiar”. Historicamente, porém, como tão bem assinalou o grande estudioso clássico Moses Finlay, a escravidão nunca teve nada de peculiar; pelo contrário, esteve presente em praticamente todas as sociedades. Era, como vimos, endêmica na Roma Antiga e na África, tradicional fornecedora de escravos para a Europa, ainda que não a única.

Nos tempos romanos, os escravos eram provenientes dos povos eslavos do entorno do Mar Negro, do Oriente Médio e do Norte da Europa – mas, em 1400, os europeus já haviam parado de escravizar-se mutuamente. A África, todavia, como vimos no Capítulo 6, não fez a transição, como a Europa medieval, da escravidão à servidão. Nos primórdios da era moderna, no Leste Africano, era vibrante o tráfico de escravos, transportados em grande número através do Saara até a Península Arábica. Ademais, os grandes Estados medievais de Mali, Gana e Songhai, na África Ocidental, faziam

intenso uso de mão de obra escrava no governo, Exército e agricultura, tendo adotado os modelos organizacionais dos Estados muçulmanos norte-africanos, com os quais mantinham relações comerciais.

Foi o desenvolvimento das colônias produtoras de açúcar no Caribe, a partir do princípio do século XVII, que provocou uma escalada extrema do tráfico internacional de escravos e o aumento sem precedentes da importância da escravidão dentro da própria África. No século XVI, provavelmente em torno de 300 mil escravos foram comercializados no Atlântico – oriundos, em sua maioria, da África Central, com intensa participação do Congo e dos portugueses mais ao sul, em Luanda, hoje capital de Angola. Durante esse período, o tráfico de escravos transaariano foi ainda mais volumoso, com o deslocamento, provavelmente, de cerca de 550 mil africanos escravizados rumo ao norte. No século XVII, a situação se inverteu. Por volta de 1.350.000 africanos foram vendidos como escravos no comércio atlântico, sendo enviados, em sua maioria, para as Américas. Os números relativos ao comércio saariano permaneceram quase idênticos. O século XVIII assistiu a outro salto abrupto, com aproximadamente 6 milhões de escravos mandados para o outro lado do Atlântico e talvez 700 mil atravessando o Saara. Somando os números dos diferentes períodos e regiões da África, chega-se a bem mais de 10 milhões de africanos degredados do continente como escravos.

O Mapa 15 dá a dimensão da escala do tráfico de escravos. Partindo das fronteiras nacionais atuais, apresenta estimativas da medida cumulativa da escravidão entre 1400 e 1900, como uma porcentagem da população em 1400. Os tons mais escuros indicam escravidão mais intensa. Por exemplo, em Angola, Benin, Gana e Togo, o número de escravos exportados chegou a um total acumulado superior à população inteira do país em 1400.

O súbito aparecimento de europeus por toda a costa da África Ocidental e Central, ávidos por comprar escravos, não teria como não exercer um impacto transformador sobre as sociedades africanas. A maioria dos escravos deportados para as Américas consistia em prisioneiros de guerra que eram levados até o litoral. O recrudescimento dos conflitos foi alimentado pela gigantesca importação de armas e munição, que os europeus trocavam por escravos. Em 1730, cerca de 180 mil armas eram importadas todos os anos só no litoral oeste do continente; entre 1750 e princípios do século XIX, só os britânicos venderam entre 283 mil e 394 mil armas por ano. Entre 1750 e 1807,

os ingleses venderam o extraordinário volume de 22 mil toneladas de pólvora, chegando a uma média de 384 mil quilos ao ano, além de 91 mil quilos de chumbo anuais. Mais ao sul, o comércio era igualmente vigoroso. No litoral do Reino de Luangu, ao norte do Reino do Congo, os europeus venderam cerca de 50 mil armas por ano.

Dados inexistentes Ma rrocos Tunísia Ar gé li a Saara O cide nt al  
Ma ur itânia Ma li Ní ge r Ch ade Su dã o Eritreia Djibu ti Et iópi a  
So má li a Se ne ga l Gâmb ia Gu in é Se rr a Le oa Costa do Ma m Li  
bé ri a Burkin a Fa so To go Gana Be ni n Ni gé ri a Ca marõ es Re  
públic a Ce ntro -A frican a Gu iné Eq uatori al Ga bã o Cong o- Br az  
za vi ll e Re públic a De mocrát ic a do Cong o Ug anda Qu ên ia Ru  
anda Bu ru nd i Ta nzâni a An go la Zâmbia Ma láui Mo çambique Ma  
da ga scar Zimbábue Na míbi a Bo tsuana Su azil ândi a Lesoto África  
do Su l Exportações de escra vos – po rc enta ge m da população em  
140 0 1-50% 0% 50-100% 100-300%

#### Mapa 15: Exportações de escravos da África

Tanta guerra e conflito não só foram causas de vasta mortandade e sofrimento humano, mas também desencadearam determinado caminho de desenvolvimento institucional na África. Até o início da era moderna, as sociedades africanas eram menos centralizadas politicamente do que as da Eurásia. A maioria dos Estados era de pequena escala, com a terra e os recursos sob o controle de chefes tribais, talvez reis. Muitos, como mostramos no caso da Somália, não contavam com absolutamente nenhuma estrutura de autoridade política hierárquica. O tráfico de escravos pôs em andamento dois processos políticos adversos. Primeiro, diversos Estados, a princípio, tornaram-se mais absolutistas, organizando-se em função de um único objetivo: escravizar e vender os demais para os traficantes europeus. Segundo, em consequência, mas, paradoxalmente em oposição ao primeiro, a beligerância incessante e a escravidão acabaram destruindo por completo qualquer tipo de ordem e autoridade estatal legítima porventura existente na África subsaariana. Além das guerras, os escravos também eram sequestrados e capturados em ataques de surpresa, de menor escala. A lei também se converteu em instrumento de escravização. Qualquer que fosse o crime cometido, a pena seria a escravidão. O mercador inglês Francis Moore notou

as consequências disso ao longo da costa da Senegâmbia, na África Ocidental, na década de 1730:

Desde que o tráfico de escravos assim entrou em vigor, todas as punições passaram a ser a escravidão; havendo vantagem em tais condenações, constituíram-se em excessivo rigor punitivo, a fim de assegurar o benefício da venda do criminoso. Não só o assassinato, o roubo e o adultério são punidos pela venda do criminoso como escravo, mas as maiores frivolidades são penalizadas da mesma maneira.

As instituições, mesmo as religiosas, foram pervertidas pela ânsia de capturar e vender escravos. Um exemplo foi o famoso oráculo de Arochuku, no leste da Nigéria, que se acreditava falar em nome de uma importante divindade da região, respeitada pelos principais grupos étnicos locais (ijos, ibíbios e igbos). Buscava-se o oráculo para solucionar disputas e arbitrar em desavenças. Os consulentes que viajavam a Arochuku para consultá-lo tinham de descer da cidade até uma garganta do Rio Cross, onde, em uma vasta caverna com a frente toda decorada com crânios humanos, o oráculo estava abrigado. Os sacerdotes, em conluio com os mercadores e traficantes de escravos aros, comunicavam a decisão do oráculo, a qual em geral implicava que as pessoas fossem “engolidas” por ele – o que significava, na verdade, que, uma vez atravessada a caverna, seriam levadas rio abaixo até os navios negreiros dos europeus, no litoral. Esse processo de desvirtuamento e violação de todas as leis e costumes, tendo em vista a captura de escravos em número cada vez maior, exerceu impacto devastador sobre a centralização política, embora em determinadas áreas tenha levado ao surgimento de Estados poderosos, cuja principal razão de ser eram as incursões e a escravização. O próprio Reino do Congo foi provavelmente o primeiro Estado africano a metamorfosear-se em escravagista, até terminar despedaçado pela guerra civil. Outros Estados escravagistas despontaram sobretudo na África Ocidental, incluindo os *oyos*, na Nigéria, os daomeanos, no Benin, e, mais tarde, os axântis, em Gana.

A expansão do Estado *oyo* em meados do século XVII, por exemplo, foi diretamente relacionada ao recrudescimento das exportações de escravos no litoral. Seu poderio foi decorrente de uma revolução militar que envolveu a importação de cavalos do norte e a formação de uma poderosa cavalaria capaz de dizimar os exércitos rivais. À medida que os *oyos* se expandiam para o sul, rumo à costa, iam esmagando as

sociedades que encontravam no caminho e vendiam significativa parcela de sua população para o tráfico negreiro. No período entre 1690 e 1740, os *oyos* estabeleceram seu monopólio no interior do que ficaria conhecido como Costa dos Escravos. Estima-se que 80% a 90% dos escravos vendidos no litoral tenham sido fruto dessas conquistas. Relação dramática semelhante entre guerra e fornecimento de escravos deu-se mais a oeste, no século XVIII, na Costa do Ouro, área onde hoje se localiza Gana. A partir de 1700, o Estado axânti começou a expandir-se do interior, de modo bastante similar ao dos *oyos*, anteriormente. Ao longo da primeira metade do século XVIII, essa expansão desencadeou as chamadas Guerras de Akan, nas quais os axântis foram derrotando um Estado independente depois do outro. O último deles, Gyaman, foi subjogado em 1747. Em sua maioria, os 375 mil escravos exportados da Costa do Ouro entre 1700 e 1750 eram prisioneiros capturados nessas guerras.

Provavelmente, o efeito mais óbvio desse extrativismo maciço de seres humanos foi demográfico. É difícil saber com algum grau de certeza qual seria a população da África antes do período moderno, mas há diversas estimativas plausíveis de estudiosos sobre o impacto populacional do tráfico de escravos. O historiador Patrick Manning avalia em 22-25 milhões, em princípios do século XVIII, o número de habitantes das áreas do oeste e centro-oeste africanos fornecedoras de mão de obra escrava para exportação. Partindo-se da premissa conservadora de que essa região, sem o tráfico de escravos, teria experimentado durante os séculos XVIII e XIX um índice de crescimento populacional de cerca de 0,5% ao ano, Manning calculou que seu número de habitantes giraria, em 1850, em torno de pelo menos 46-53 milhões. Na realidade, era aproximadamente metade disso.

Tão gigantesca diferença deveu-se não só aos cerca de 8 milhões de pessoas exportadas como escravos entre 1700 e 1850, mas aos milhões que devem ter sucumbido na permanente perseguição e captura de escravos. Ademais, a escravidão e o tráfico negreiro na África jogaram por terra as estruturas familiares e matrimoniais, além de talvez terem reduzido a fertilidade.

A partir de fins do século XVIII, um vigoroso movimento pela abolição do tráfico de escravos começou a ganhar força na Grã-Bretanha, encabeçado pela carismática figura de William Wilberforce. Após sucessivos fracassos, em 1807 os abolicionistas persuadiram o Parlamento a aprovar uma lei tornando o tráfico ilegal. Os Estados Unidos seguiram o exemplo, aprovando iniciativa similar no ano seguinte. O governo

britânico, porém, foi ainda mais longe: empenhou-se ativamente em implementar a medida, para tanto posicionando estrategicamente esquadras navais no Atlântico a fim de reprimir a circulação de navios negreiros. Embora tenha demorado ainda algum tempo para que tais iniciativas se mostrassem realmente eficazes e só em 1834 a escravidão em si fosse de fato abolida no Império Britânico, o tráfico de escravos no Atlântico, que respondia de longe pela maior parte desse comércio, estava com os dias contados.

Por mais que o fim do tráfico de escravos após 1807 houvesse reduzido a demanda externa por escravos da África, isso não significou que o impacto da escravidão sobre as sociedades e instituições africanas se dissolveria magicamente. Não poucos Estados africanos haviam se organizado em torno do escravismo, e não seria o veto imposto pelos britânicos ao comércio que mudaria essa realidade. Ademais, a escravidão havia se tornado muito mais prevalente dentro da própria África. Esses fatores acabariam por moldar os rumos do desenvolvimento no continente, tanto antes quanto depois de 1807.

No lugar da escravidão, sobreveio o “comércio legítimo”, expressão cunhada para referir-se à exportação, pelos africanos, de outros produtos, sem ligação com o tráfico negreiro. Entre essas mercadorias figuravam óleo de palma e nozes, amendoim, marfim, borracha e goma arábica. Com o incremento das receitas europeia e norte-americana, em decorrência da difusão da Revolução Industrial, a demanda por muitos desses produtos tropicais disparou. E, com a mesma agressividade com que haviam aproveitado as oportunidades econômicas oferecidas pelo tráfico de escravos, as sociedades africanas lançaram-se sobre o comércio legítimo. Fizeram-no, porém, em um contexto muito peculiar, no qual a escravidão constituía um modo de vida, mas a demanda externa por escravos havia se esgotado subitamente. O que fazer com todos aqueles escravos, agora que já não podiam mais ser vendidos para os europeus? A resposta era simples: continuariam gerando lucro trabalhando, sob coação, na África mesmo, produzindo os novos artigos para o comércio legítimo.

Um dos exemplos mais bem documentados foi o caso dos axântis, na Gana de hoje. Até 1807, o Império Axânti havia se dedicado inteiramente à captura e exportação de escravos, levando-os até a costa para vendê-los nas grandes feitorias de escravos de Cape Coast e Elmina. Depois de 1807, estando vedada essa opção, a elite política axânti tratou de reorganizar sua economia. Entretanto, a captura e a utilização da mão de obra escrava não tiveram fim. Pelo contrário, os escravos foram instalados em grandes

latifúndios, a princípio nas cercanias da capital, Kumase, mas mais tarde espalhados por todo o império (cujo território correspondia a quase todo o interior da atual Gana). Eram empregados no garimpo do ouro e no plantio de nozes de cola para exportação, mas também cultivavam alimentos em grande quantidade e eram intensivamente empregados como carregadores, já que os axântis não faziam uso do transporte sobre rodas. Mais a leste, verificaram-se adaptações similares. Em Daomé, por exemplo, o rei tinha vastas *plantations* de óleo de palma junto aos portos costeiros de Whydah e Porto Novo, todas baseadas em mão de obra escrava.

Desse modo, a abolição do tráfico de escravos, em vez de levar a escravidão na África à dissolução, acarretou tão somente a redistribuição dos escravos, agora empregados dentro da própria África, em vez de nas Américas. Ademais, muitas das instituições políticas engendradas pelo tráfico de escravos nos dois séculos anteriores seguiram inalteradas, e seus padrões de comportamento persistiram. Na Nigéria, por exemplo, nas décadas de 1820 e 1830, o outrora imponente Reino *Oyo* desmoronou, solapado por guerras civis e a ascensão das cidades-estados iorubás, como Illorin e Ibadan, diretamente envolvidas no tráfico de escravos mais ao sul. Na década de 1830, a capital de *Oyo* foi saqueada, depois do que as cidades iorubás puseram-se a disputar com Daomé a dominação regional. Engajaram-se em uma série quase contínua de guerras na primeira metade do século, que geravam uma oferta maciça de escravos, e às quais se vinham juntar os já rotineiros sequestros, condenações por oráculos e incursões em menor escala. Os sequestros constituíam tamanho problema em determinadas regiões da Nigéria que os pais não deixavam seus filhos brincar ao ar livre, por medo de que fossem levados e vendidos como escravos.

Assim, a escravidão, em vez de extinguir-se, ao que parece foi recrudescendo na África no decorrer do século XIX. Embora seja difícil chegar a números exatos, uma série de relatos escritos por viajantes e mercadores nessa época sugere que, na África Ocidental (tanto nos reinos de Axânti e Daomé quanto nas cidades-estados iorubás), metade da população era composta de escravos. Dispomos de dados mais acurados dos primeiros registros coloniais franceses do oeste do Sudão, uma imensa fatia da África Ocidental, que se estendia do Senegal, via Mali e Burkina Faso, até o Níger e Chade. Nessa região, em 1900, 30% da população era escrava.

Do mesmo modo como o advento do comércio legítimo, a colonização formal, iniciada com a Partilha da África, mostrou-se incapaz de destruir a escravidão aí

vigente. Ainda que a penetração europeia no continente fosse em boa parte justificada com o argumento de que era preciso combater e abolir a escravidão, a realidade era muito diferente. Na maior parte da África colonial, a escravidão seguiria em vigor até que o século XX estivesse já bastante avançado. Em Serra Leoa, por exemplo, só em 1928 a escravidão seria finalmente abolida, muito embora a capital do país, Freetown, tivesse sido fundada originalmente, em fins do século XVIII, como um porto seguro para escravos repatriados das Américas. Tornou-se então uma importante base para a frota antiescravagista britânica e um novo lar para escravos libertos, resgatados dos navios negreiros capturados pelos ingleses. Mesmo com esse simbolismo, a escravidão ainda perduraria por 130 anos em Serra Leoa. A Libéria, ao sul de Serra Leoa, foi igualmente fundada, na década de 1840, para escravos libertos americanos. Também lá, porém, a escravidão adentraria o século XX; ainda nos anos 1960, estimava-se que um quarto da força de trabalho era coagida, vivendo e trabalhando em condições análogas às da escravidão. Dadas as instituições políticas e econômicas extrativistas baseadas no tráfico de escravos, a industrialização não se disseminou pela África subsaariana – que, enquanto outras regiões do mundo transformavam suas economias, estagnou-se ou mesmo experimentou um retrocesso econômico.

### **INSTAURANDO O DUALISMO ECONOMICO**

O paradigma do “dualismo econômico”, proposto originalmente em 1955 por Sir Arthur Lewis, ainda molda a maneira como muitos cientistas sociais estudam os problemas econômicos dos países menos desenvolvidos. Segundo Lewis, várias economias menos desenvolvidas ou subdesenvolvidas possuem uma estrutura dual, dividindo-se em um setor moderno e outro tradicional. O primeiro, que corresponde à parte mais desenvolvida da economia, está associado à vida urbana, à indústria moderna e ao uso de tecnologias avançadas. O segundo é aquele ligado à vida rural, à agricultura e a instituições e tecnologias “retrógradas”. As instituições agrícolas antiquadas incluem a propriedade comunitária da terra, que implica a ausência de direitos de propriedade privada sobre ela. Nesse setor tradicional, a mão de obra seria usada com tamanha ineficiência, segundo Lewis, que poderia ser realocada para o moderno sem reduzir a produtividade do rural. Após gerações e gerações de economistas do desenvolvimento trabalhando com base nos conceitos de Lewis, o “problema do desenvolvimento”



passou a significar a transferência de pessoas e recursos do setor tradicional, da agricultura e dos meios rurais, para o setor moderno, a indústria e as cidades. Em 1979, Lewis foi agraciado com o Prêmio Nobel por sua obra sobre desenvolvimento econômico.

Lewis e os economistas do desenvolvimento que se basearam em suas teses sem dúvida acertaram ao identificar as economias duais. A África do Sul era um dos exemplos mais claros, cindida entre um setor tradicional, retrógrado e pobre, e outro moderno, vibrante e próspero. Ainda hoje, nesse país, o dualismo econômico apontado por Lewis pode ser detectado por toda parte. Uma das maneiras mais drásticas de constatar esse fenômeno é cruzar a fronteira entre os estados de KwaZulu-Natal, antigo Natal, e Transkei, que coincide com o curso do Rio Great Kei. A leste do rio, em Natal, junto à costa, há imponentes propriedades com vista para o mar, defronte ao extenso areal de praias magníficas. O interior é coberto por plantações verdejantes de cana-de-açúcar. As estradas são lindas; a região inteira exala prosperidade. Atravessando o rio, parece que se adentra outro tempo e país. O cenário é de desolação. Não há verde, apenas a terra marrom da área desmatada. Em vez de casas luxuosas, com água corrente, banheiros e todas as conveniências modernas, a população vive em barracos improvisados e prepara sua comida em fogueiras a céu aberto. A existência é definitivamente “tradicional”, muito longe do estilo de vida moderno do lado oriental do rio. A esta altura, não será surpresa para o leitor saber que tamanha disparidade está ligada a profundas diferenças entre as instituições econômicas de um lado e de outro do rio.

A leste, em Natal, encontramos direitos de propriedade privada, sistemas jurídicos funcionais, mercados, indústria e agricultura comercial. A oeste, até pouco tempo atrás vigorava no Transkei a propriedade comunitária da terra e a liderança por todopoderosos chefes tradicionais. Examinado através das lentes da teoria do dualismo econômico de Lewis, o contraste entre o Transkei e Natal ilustra os problemas do desenvolvimento africano. De fato, podemos ir mais longe e observar que, historicamente, a África inteira era como o Transkei, pobre e com instituições econômicas pré-modernas, tecnologia retrógrada e governada por chefes locais. Segundo essa perspectiva, o desenvolvimento econômico deveria consistir em assegurar que o Transkei se transformasse em Natal.

Esse ponto de vista contém alguma dose de verdade, mas deixa escapar por

completo a lógica do surgimento do dualismo econômico e sua relação com a economia moderna. O atraso do Transkei não é apenas um resquício do atraso natural da África. Entretanto, o dualismo econômico entre Transkei e Natal é bastante recente e nada tem de natural. Foi produzido pelas elites brancas sul-africanas no intuito de gerar uma reserva de mão de obra barata para seus negócios e reduzir a concorrência com os negros africanos. O dualismo econômico é mais um exemplo de subdesenvolvimento que foi criado, não surgiu naturalmente e persistiu ao longo dos séculos.

África do Sul e Botsuana, como veremos adiante, conseguiram evitar a maior parte dos efeitos adversos do tráfico de escravos e guerras dele decorrentes. A primeira interação significativa entre os sul-africanos e os europeus deu-se quando a Companhia Holandesa das Índias Orientais fundou uma base na Baía da Mesa, hoje o porto da Cidade do Cabo, em 1652. Na época, o lado ocidental da África do Sul era esparsamente povoado pelos *khoikhoi*, caçadores e coletores. Mais a leste, nos atuais Ciskei e Transkei, havia sociedades agrícolas africanas densamente povoadas. Não houve, a princípio, uma interação mais intensa com a nova colônia de holandeses, nem estes aderiram à escravidão. O litoral sul-africano era muito afastado dos mercados de escravos, e os habitantes do Ciskei e do Transkei, conhecidos como *xhosa*, viviam longe o suficiente do litoral para não chamar a atenção de ninguém. Por conseguinte, essas sociedades não sofreram o impacto de muitas das forças adversas que se abateram sobre as Áfricas Ocidental e Central.

O isolamento desses lugares mudaria no século XIX. Para os europeus, havia algo de muito atraente nas condições climáticas e ambientais da África do Sul – onde, ao contrário da África Ocidental, por exemplo, o clima era temperado e livre de doenças tropicais, como a malária e a febre amarela, que haviam convertido a maior parte da África no “túmulo do homem branco” e impedia os europeus de se estabelecerem ou mesmo instalarem entrepostos permanentes. A África do Sul era uma candidata muito melhor para a colonização de povoamento. A expansão dos europeus rumo ao interior teve início logo após os britânicos haverem tomado a Cidade do Cabo dos holandeses, durante as guerras napoleônicas, e precipitou uma longa série de guerras envolvendo os *xhosa*, à medida que a fronteira colonial avançava terra adentro. A penetração no continente intensificou-se em 1835, quando os europeus remanescentes de descendência holandesa, que ficariam conhecidos como africâneres ou bôeres, começaram sua célebre migração em massa, a Grande Caminhada, na tentativa de escapar ao controle

britânico do litoral e da região da Cidade do Cabo. Posteriormente, os africâneres fundariam dois Estados independentes no interior da África, o Estado Livre de Orange e o Transvaal.

O estágio de desenvolvimento seguinte da África do Sul teve início com a descoberta de vastas reservas de diamante em Kimberly, em 1867, e de ricas minas de ouro em Joanesburgo, em 1886. Tamanha riqueza mineral no interior imediatamente convenceu os ingleses a estenderem seu controle sobre a África do Sul inteira. A resistência do Estado Livre de Orange e do Transvaal levou às célebres Guerras dos Bôeres, em 1880-1881 e 1899-1902. Após uma inesperada derrota inicial, os ingleses conseguiram incorporar os Estados africâneres à Província do Cabo e Natal, fundando assim, em 1910, a União da África do Sul. Além dos conflitos entre africâneres e ingleses, o desenvolvimento da economia mineradora e a expansão do povoamento europeu tiveram outras implicações para o desenvolvimento da região – sobretudo em termos da geração de demanda por alimentos e outros produtos agrícolas e da criação de novas oportunidades econômicas para os africanos nativos, tanto na agricultura quanto no comércio.

Os *xhosa* no Ciskei e no Transkei reagiram sem demora a essas oportunidades econômicas, conforme documentado pelo historiador Colin Bundy. Já em 1832, antes mesmo do *boom* da atividade mineradora, um missionário morávio no Transkei assinalou o novo dinamismo econômico que havia despontado na região e salientou a demanda, por parte dos africanos, para os novos bens de consumo cuja existência lhes fora desvelada pela disseminação dos europeus. Em suas palavras: “A fim de obter tais objetos, empenham-se [...] em conseguir dinheiro, pelo trabalho de suas mãos, e compram roupas, pás, arados, carroças e outros artigos de utilidade.”

A descrição feita pelo comissário civil John Hemming de sua visita a Fingoland, no Ciskei, em 1876, é igualmente reveladora. Ele descreve seu espanto

com o imenso avanço realizado pelos locais em poucos anos [...]. Onde quer que eu fosse, encontrava cabanas sólidas e estruturas de tijolo ou pedra. Em não poucos casos, resistentes casas de tijolos haviam sido postas de pé [...] e árvores frutíferas, plantadas; onde quer que houvesse um curso d’água disponível, fora desviado e o solo encontrava-se cultivado até onde fosse possível irrigá-lo; as encostas das colinas e até os topos das montanhas encontravam-se cultivados até onde fosse

possível introduzir um arado. A extensão do plantio surpreendeu-me; há anos não vejo tão vasta área de terra cultivada.

Como em outras regiões da África subsaariana, o uso do arado era uma novidade na agricultura, mas, sempre que tinham a oportunidade, os lavradores africanos pareciam muito dispostos a adotar a nova tecnologia, além de prontos a investir em carroças e obras de irrigação.

À medida que se desenvolvia a economia agrícola, as rígidas instituições tribais começaram a se dissolver. Há uma série de evidências de que houve mudanças nos direitos de propriedade. Em 1879, o magistrado em Umzimkulu de Griqualand East, no Transkei, mencionou “o desejo crescente, por parte dos nativos, de se tornarem donos da terra, tendo adquirido 154 mil quilômetros quadrados em terrenos”. Três anos mais tarde, ele registraria o fato de que cerca de 8 mil agricultores africanos no distrito haviam comprado e começado a trabalhar em 365 mil quilômetros quadrados de terras.

A África certamente não estava na iminência de uma Revolução Industrial, mas havia mudanças muito concretas em andamento. A propriedade privada da terra havia enfraquecido os chefes locais e possibilitado a novos homens adquirir a terra e enriquecer, algo impensável poucas décadas antes – o que também ilustra a rapidez com que o afrouxamento das instituições extrativistas e do controle absolutista pode engendrar um dinamismo econômico inédito. Um dos casos de sucesso foi o de Stephen Sonjica, do Ciskei, fazendeiro de origem pobre que fez fortuna. Em um discurso que proferiu em 1911, Sonjica recordou que, ao expor pela primeira vez para seu pai seu desejo de adquirir terra, este lhe respondera: “Comprar terra? Como você pode querer comprar terra? Então não sabe que toda a terra é de Deus e foi por Ele dada somente aos chefes?” Era uma reação compreensível, mas Sonjica não desistiu. Arranjou um emprego em King William’s Town e seguiu em frente:

Tive a esperteza de abrir uma conta-corrente no banco, na qual depositava uma parte dos meus ganhos, [...] mas só até eu conseguir economizar 80 libras [...]. [Comprei] uma junta de bois com a canga, ajoujo, arado e toda a parafernália agrícola. [...] Agora, adquiri um pequeno sítio [...]. Nunca é demais reforçar o quanto [a agricultura] é recomendável para meus compatriotas [...], desde que se adotem, contudo, métodos modernos de obtenção de lucro.

Um extraordinário indicador do dinamismo econômico e prosperidade dos agricultores africanos desse período é encontrado em uma carta enviada em 1869 por um missionário metodista, W. J. Davis. Escrevendo à Inglaterra, ele declara, satisfeito, haver coletado 46 libras em dinheiro “para a Caixa de Previdência do Algodão de Lancashire”. Nessa época, os prósperos africanos estavam doando dinheiro para assistência dos pobres trabalhadores têxteis ingleses!

Não admira que o novo dinamismo econômico não agradasse aos chefes tradicionais, que, em um padrão que já nos é bem familiar, viam sua riqueza e poder escapando-lhe por entre os dedos. Em 1879, Matthew Blyth, principal magistrado do Transkei, comentou que houve oposição ao levantamento topográfico necessário à divisão dos lotes a serem vendidos. Anotou que “alguns dos chefes [...] objetaram, ainda que a maior parte da população tenha gostado da ideia [...], pois os chefes percebem que a concessão de títulos de propriedade individuais porá a perder sua influência entre os líderes”.

Os chefes resistiram também às melhorias implementadas nas terras, como a abertura de canais de irrigação ou a construção de cercas. Reconheciam que tais aprimoramentos não passavam de prelúdios aos direitos individuais de propriedade da terra, o começo do fim para eles. Observadores europeus chegaram a registrar que os chefes e outras autoridades tradicionais, como os feiticeiros, tentaram barrar a adoção de todos os “modos europeus”, aí incluídos o plantio de novos produtos, ferramentas como arados e artigos comerciais. No entanto, a integração do Ciskei e do Transkei ao Estado colonial britânico solapou o poder dos chefes e lideranças tradicionais e sua resistência não seria suficiente para impedir o novo dinamismo econômico da África do Sul. Em Fingoland, em 1884, um comentarista europeu conta que o povo havia

transferido para nós sua lealdade. Seus chefes converteram-se agora em uma espécie de proprietários rurais [...] desprovidos de poder político. Perdido o medo da ingerência do chefe ou da arma mortal [...] o feiticeiro, que abate o próspero criador de gado, o hábil conselheiro, a introdução de novos costumes, o habilidoso lavrador, reduzindo-os a todos ao uniforme nível da mediocridade – não mais apreensivos diante dessa possibilidade, os homens dos clãs [...] são agora progressistas. Ainda camponeses, [...] possuem, porém, carroças e arados; abrem sulcos para irrigação; criam rebanhos de carneiros.

Bastaram umas poucas instituições inclusivas e a erosão do poder dos chefes, aos quais foram impostas algumas restrições, para deflagrar na África um vigoroso *boom* econômico – que, infelizmente, teria vida curta. Entre 1890 e 1913, o processo seria abruptamente interrompido e revertido. Nesse período, duas forças contribuíram para a destruição da prosperidade rural e dinamismo criados pelos africanos nos 50 anos anteriores. A primeira foi o antagonismo dos fazendeiros europeus, que competiam com os africanos e viam os preços de seus produtos serem achatados pelo êxito destes; a solução que encontraram foi eliminar a concorrência. A segunda força foi ainda mais sinistra: os europeus desejavam uma força de trabalho barata, que pudessem empregar na florescente economia mineradora. A única maneira de assegurar seu barateamento seria empobrecendo os africanos – objetivo a que se dedicariam metodicamente nas décadas seguintes.

O depoimento dado em 1897 por George Albu, presidente da Associação das Minas, perante uma comissão de inquérito, descreve com impressionante clareza a lógica do empobrecimento dos africanos a fim de garantir a mão de obra barata. Na ocasião, ele explicou como realizou seu intento “apenas comunicando aos garotos que teriam uma redução de salário”. Seu testemunho prossegue:

**Comissão:** Suponhamos que os *kaffirs* [negros africanos] retornem ao seus *kraals* [cercados para gado]. O senhor seria a favor de solicitar ao Governo que os obrigasse ao trabalho?

**Albu:** Certamente [...] eu o tornaria compulsório. [...] Por que seria possível a um negro ficar sem fazer nada? Creio que um *kaffir* deve ser obrigado a trabalhar a fim de ganhar a vida.

**Comissão:** Se um homem puder viver sem trabalhar, como o senhor poderá forçá-lo?

**Albu:** Multe-o, então. [...]

**Comissão:** Então o senhor não permitiria que o *kaffir* fosse proprietário de terras no país, mas determinaria que trabalhasse para os brancos a fim de enriquecê-los?

**Albu:** Ele terá de fazer a sua parte no trabalho de colaborar com os vizinhos.

Os dois objetivos – a eliminação da concorrência para os fazendeiros brancos e a criação de numerosa força de trabalho de baixa remuneração – foram simultaneamente

atingidos pela Lei da Terra dos Nativos, de 1913. Antecipando-se ao conceito de dualismo econômico de Lewis, a lei dividiu a África do Sul em duas partes: uma, moderna e próspera; a outra, tradicional e pobre. Todavia, eram prosperidade e pobreza criadas pela própria lei, que determinava que 87% da terra fossem destinados aos europeus, que representavam cerca de 20% da população. Os 13% restantes ficariam com os africanos. A Lei da Terra tivera uma série de predecessoras, claro, pois os europeus foram pouco a pouco confinando os africanos em reservas cada vez menores. Foi a lei de 1913, porém, que institucionalizou a situação de modo definitivo, preparando o terreno para a consolidação do regime sul-africano do *apartheid*, em que a minoria branca deteria tanto os direitos políticos quanto os econômicos e a maioria negra permaneceria destituída de ambos. A lei determinava que várias reservas de terras, entre elas o Transkei e o Ciskei, seriam os “lares” dos africanos, mais tarde chamados de bantustões – outro elemento da retórica do *apartheid* sul-africano, segundo o qual os povos africanos da África do Sul não eram nativos da região, mas descendentes dos povos bantos que haviam emigrado do leste da Nigéria cerca de mil anos antes. Não tinham, pois, mais direito à terra – e, evidentemente, na prática tinham bem menos – do que os colonizadores europeus.

O Mapa 16 mostra a área irrisória destinada aos africanos pela Lei da Terra de 1913 e por sua sucessora, em 1936. Registra também dados de 1970 a respeito da extensão de uma distribuição similar de terras ocorrida durante a construção, no Zimbábue, de outro sistema de dualismo econômico, como discutimos no Capítulo 13.

A legislação de 1913 previa ainda medidas no intuito de impedir que arrendatários de terra e grileiros negros cultivassem terras de proprietários brancos em qualquer outra condição que não a de locatários. Como explicou o secretário para relações com os nativos: “O efeito da lei foi pôr um ponto final, para o futuro, em todas as transações que implicassem alguma forma de parceria entre europeus e nativos no tocante à terra ou aos seus frutos. Todos os novos contratos com nativos devem ser de prestação de serviços. Desde que haja um acordo legítimo dessa natureza, não há nada que impeça um empregador de remunerar um nativo em espécie ou pelo privilégio de cultivar determinado terreno [...]. Contudo, o nativo não pode pagar ao senhor por seu direito de ocupar a terra.”

Zâmbia Ma láui Mo çambique Ha rare Zimbábue Bo tsuana Na míbi a

Gabon Oceano Atlântico Joanesburgo Suazilândia Kimberley  
África do Sul Griqualândia Lesoto Transkei Ciskei Fingoland Cidade do Cabo  
Leis da Terra, 1913 e 1936 Distribuição da terra, 1970 Fronteiras modernas

Mapa 16: Áreas destinadas aos africanos pelos regimes minoritários brancos da África do Sul e Zimbábue

Aos olhos dos economistas do desenvolvimento que visitaram a África do Sul nas décadas de 1950 e 1960, quando essa disciplina acadêmica começava a tomar forma e as ideias de Arthur Lewis estavam se disseminando, o contraste entre os bantustões e a próspera e moderna economia branca parecia ser a representação exata da tese do dualismo econômico. A parte europeia da economia era urbana, escolarizada e empregava tecnologias modernas. As áreas destinadas aos nativos eram pobres, rurais e retrógradas; a improdutividade era alta, e a escolaridade, baixa. Aparentemente, a essência daquela África atrasada e parada no tempo.

A questão é que tal dualismo econômico nada tinha de natural ou inevitável. Foi engendrado pelo colonialismo europeu. Sim, os bantustões eram pobres e atrasados em termos tecnológicos, e sua população não tinha acesso à educação. Todavia, esse quadro era resultado de políticas públicas que haviam anulado toda e qualquer possibilidade de crescimento econômico dos nativos e criado uma reserva de mão de obra africana, desqualificada e barata, a ser empregada nas terras e minas controladas pelos europeus. A partir de 1913, os nativos foram expulsos às multidões de suas terras, que passaram para as mãos dos brancos, e amontoados nos bantustões, demasiado pequenos para possibilitar uma subsistência independente. Exatamente como se pretendia, portanto, não lhes restaria outra opção senão buscar meios de ganhar a vida na economia branca, fornecendo-lhes mão de obra barata. Com o colapso dos incentivos econômicos de que dispunham até então, os progressos ocorridos nos 50 anos anteriores foram revertidos. Os arados foram pouco a pouco abandonados, e os nativos acabaram voltando às enxadas – isto é, se houvesse trabalho. Em geral, limitavam-se a estar disponíveis na condição de mão de obra barata, tal como os bantustões estavam encarregados de assegurar.

Não só os incentivos econômicos foram destruídos; as transformações políticas que



havia começado a ocorrer também foram revertidas. O poder dos chefes locais e líderes tradicionais, até então em franco declínio, viu-se fortalecido, já que o projeto de criação de uma força de trabalho barata previa a eliminação da propriedade privada da terra, reafirmando o controle dos chefes sobre ela. Essas iniciativas chegaram ao apogeu em 1951, quando o governo aprovou a Lei das Autoridades Bantas. Já em 1940, G. Findlay identificou com precisão o problema:

A posse tribal é uma garantia de que a terra nunca será trabalhada de maneira adequada e jamais pertencerá de fato aos nativos. Mão de obra barata requer sementeira barata, que é assim fornecida aos africanos às suas próprias custas.

A desapropriação dos produtores rurais africanos acarretou seu empobrecimento em massa, não só lançando as bases institucionais do retrocesso econômico, mas também fornecendo os pobres necessários para abastecê-lo.

As evidências disponíveis demonstram a reversão dos níveis de vida nos bantustões após a Lei da Terra dos Nativos de 1913. O Transkei e o Ciskei mergulharam em prolongado declínio econômico. Os dados de emprego nas companhias mineradoras de ouro, compilados pelo historiador Francis Wilson, mostram que o declínio foi generalizado pela economia sul-africana como um todo. Após a Lei da Terra dos Nativos, entre outras, a remuneração dos mineiros despencou 30% entre 1911 e 1921. Em 1961, apesar do crescimento relativamente contínuo da economia sul-africana, seus salários continuavam 12% mais baixos do que em 1911. Não admira que, ao longo desse período, a África do Sul tenha se tornado o país mais desigual do mundo.

Mesmo nessas circunstâncias, porém, será que os negros não poderiam ter encontrado meios de ingressar na moderna economia europeia, iniciando algum negócio ou estudando para se profissionalizar? O governo providenciou para que nada disso fosse possível. Os africanos foram proibidos de adquirir imóveis ou abrir empresas na parte europeia da economia – os 87% do território do país. O regime do *apartheid* percebeu também que negros escolarizados concorreriam com os brancos, em vez de fornecer mão de obra barata para as minas e propriedades agrícolas destes. Já em 1904, foi introduzido na mineração um sistema de reserva de vagas para europeus. Os negros não tinham autorização para trabalhar como amalgamadores, caldeiros,

ensaiadores, ferreiros, modeladores de metais, pedreiros, polidores de metais, serradores de madeira... e a lista prosseguia, interminável, até sinaleiros.<sup>1</sup> De um só golpe, foi vetada aos africanos a ocupação, nesse setor, de qualquer cargo que exigisse qualificação. Foi a primeira encarnação das famosas “leis antimiscigenação”, uma das tantas invenções racistas do regime sul-africano. O segregacionismo seria generalizado, em 1926, para a economia inteira, e perduraria até os anos 1980. Não admira que os negros não fossem escolarizados; o Estado sul-africano não só anulou toda e qualquer possibilidade de eles se beneficiarem economicamente do acesso à educação, como se recusou a investir em escolas para essa parcela da população e desestimulou sua educação. Tal política chegaria ao apogeu nos anos 1950, quando, encabeçado por Hendrik Verwoerd – um dos arquitetos do regime do *apartheid*, que prosseguiria até 1994 –, o governo aprovou a Lei da Educação Banta. A filosofia subjacente a essa legislação foi cruamente exposta pelo próprio Verwoerd em um discurso de 1954:

Os bantos devem ser orientados a servir sua própria comunidade sob todos os aspectos. Não há para eles lugar na comunidade europeia acima do nível de determinadas modalidades de trabalho [...]. Por esse motivo, não haverá serventia em serem qualificados visando à sua absorção na comunidade europeia, uma vez que não podem nem serão absorvidos lá.

Naturalmente, o tipo de dualismo econômico articulado no discurso de Verwoerd é muito distinto daquele previsto na teoria de Lewis. Na África do Sul, o dualismo econômico não foi um resultado inevitável do processo de desenvolvimento; pelo contrário, foi fruto da ação deliberada do Estado. Na África do Sul, o desenvolvimento econômico não seria acompanhado por uma transferência espontânea dos pobres do setor retrógrado da economia para o moderno. Afinal, o êxito do setor moderno dependia da existência do retrógrado, que permitia aos empregadores brancos auferir lucros gigantescos mediante o pagamento de salários ínfimos aos trabalhadores negros sem formação. Na África do Sul, não ocorreria um processo gradual de educação e qualificação dos trabalhadores do setor tradicional, como previa a abordagem de Lewis. Com efeito, os negros eram propositadamente privados de qualificação e barrados dos cargos especializados a fim de poupar os profissionais brancos da concorrência e assegurar seus altos salários. Na África do Sul, os africanos negros

estavam efetivamente “amarrados” à economia tradicional, nos bantustões. Não se tratava, porém, do problema do desenvolvimento que o crescimento trataria de corrigir; eram os bantustões que viabilizavam o desenvolvimento da economia branca.

Tampouco será surpresa o fato de que o tipo de desenvolvimento econômico apresentado pela África do Sul branca era, em última instância, limitado, baseado em instituições extrativistas construídas pelos brancos para explorar os negros. Os brancos sul-africanos possuíam direitos de propriedade, investiam em educação e podiam extrair ouro e diamantes, e vendê-los com lucro no mercado mundial; enquanto isso, porém, 80% da população sul-africana encontravam-se marginalizados e excluídos da grande maioria das atividades econômicas desejáveis. Aos negros eram vedadas oportunidades de usar seus talentos; não podiam tornar-se trabalhadores especializados, homens de negócios, empreendedores, engenheiros ou cientistas. As instituições econômicas eram extrativistas: os brancos enriqueciam extorquindo os negros. Com efeito, enquanto os sul-africanos brancos compartilhavam o padrão de vida dos países da Europa Ocidental, os negros mal ultrapassavam o resto da África subsaariana. Esse crescimento econômico sem destruição criativa, de que apenas os brancos se beneficiavam, se estenderia pelo tempo em que a receita gerada pelo ouro e pelos diamantes aumentasse. Na década de 1970, no entanto, a economia parou de crescer.

De novo, não será surpresa constatar que esse conjunto de instituições econômicas extrativistas teve como fundação uma série de instituições políticas também altamente extrativistas. Até sua derrocada, em 1994, o sistema político sul-africano destinava todo o poder aos brancos, os únicos autorizados a votar e candidatar-se a cargos públicos. Os brancos controlavam a força policial, as Forças Armadas e todas as instituições políticas – estruturadas sob o domínio militar dos colonizadores brancos. Na época da fundação da União da África do Sul, em 1910, as divisões administrativas africanas do Estado Livre de Orange e do Transvaal adotaram privilégios raciais explícitos, excluindo inteiramente os negros da participação no processo político. Natal e a Colônia do Cabo permitiam que os negros votassem caso possuíssem patrimônio suficiente, o que em geral não era o caso. O *status quo* de Natal e da Colônia do Cabo foi mantido em 1910, mas na década de 1930 os negros já haviam sido ostensivamente privados de qualquer direito na África do Sul.

O dualismo econômico da África do Sul chegou ao fim em 1994 – mas não em

virtude das razões sobre as quais teorizou Sir Arthur Lewis. Não foi o curso natural do desenvolvimento econômico que pôs um ponto final nas leis antimiscigenação e nos bantustões. Os negros sul-africanos protestavam e sublevavam-se contra o regime que não lhes reconhecia os direitos básicos nem partilhava com eles os ganhos do crescimento econômico. Após o levante de Soweto em 1976, os protestos foram crescendo em organização e força, até culminarem na derrubada do Estado do *apartheid*. Foi o progressivo empoderamento dos negros, que se tornaram capazes de se organizar e insurgir, que acabou pondo fim ao dualismo econômico da África do Sul, do mesmo modo como a força política dos brancos sul-africanos o havia criado originalmente.

## REVERSÃO DO DESENVOLVIMENTO

A desigualdade existente hoje no mundo se deve ao fato de que, durante os séculos XIX e XX, certos países lograram tirar proveito da Revolução Industrial e das tecnologias e métodos de organização por ela acarretados, ao passo que outros, não. A mudança tecnológica é apenas uma das forças motrizes da prosperidade, mas talvez seja também a mais crítica. Os países que não aproveitaram as novas tecnologias tampouco se beneficiaram de outros motores da prosperidade. Como mostramos neste capítulo e no anterior, tal lacuna deveu-se às suas instituições extrativistas, consequência ora da persistência de seus regimes absolutistas, ora da falta de Estados centralizados. Contudo, este capítulo mostrou também que, em diversos casos, as instituições extrativistas subjacentes à pobreza desses países eram impostas ou pelo menos reforçadas pelo mesmíssimo processo que impulsionou o crescimento da Europa: a expansão comercial e colonial europeia. Com efeito, a lucratividade desses impérios coloniais não raro dependia da destruição de unidades políticas independentes e economias indígenas pelo mundo ou da criação de instituições extrativistas basicamente do zero, como nas ilhas do Caribe – onde, após o colapso quase total das populações nativas, os colonizadores importaram escravos africanos e instauraram sistemas de *plantation*.

Jamais saberemos como teriam sido as trajetórias de cidades-estados independentes como as das Ilhas Banda, em Aceh ou na Birmânia (Mianmar), sem a intervenção europeia. Talvez passassem por suas próprias revoluções gloriosas locais

ou avançassem paulatinamente em direção a instituições políticas e econômicas mais inclusivas, baseadas no florescente comércio de especiarias e outras mercadorias valiosas. De todo modo, essa possibilidade foi extinta pela expansão da Companhia Holandesa das Índias Orientais, que eliminou por completo qualquer esperança de desenvolvimento indígena nas Ilhas Banda ao promover o genocídio de seus habitantes – ameaça que também levou as cidades-estados de muitos outros pontos do Sudeste Asiático a renunciar ao comércio.

A história de uma das mais antigas civilizações asiáticas, a Índia, é similar, embora a reversão do desenvolvimento, aí, tenha se dado pelas mãos não dos holandeses, mas dos britânicos. A Índia era a maior produtora e exportadora de têxteis do mundo no século XVIII. Seus madras e musselinas inundavam os mercados europeus e eram comercializados por toda a Ásia e mesmo a África Oriental. O principal agente a transportá-las até as Ilhas Britânicas era a Companhia Britânica das Índias Orientais. Fundada em 1600, dois anos antes de sua contraparte holandesa, a Companhia britânica passou todo o século XVII tentando estabelecer seu monopólio sobre as valiosas exportações indianas – enfrentando a concorrência dos portugueses, que tinham bases em Goa, Chittagong e Bombaim, e dos franceses, com bases em Pondicherry, Chandernagore, Yanam e Karaikal. Ainda mais prejudicial para a Companhia foi a Revolução Gloriosa, como vimos no Capítulo 7. Seu monopólio, concedido pelos monarcas Stuart, viu-se imediatamente desafiado após 1688, chegando a ser abolido por mais de uma década. Foi uma perda de poder significativa, como já vimos (páginas 155-156), porque os produtores têxteis britânicos conseguiram persuadir o Parlamento a banir a importação de madras, o mais rentável item comercial da Companhia. No século XVIII, encabeçada por Robert Clive, a Companhia das Índias Orientais mudou de estratégia e pôs-se a erguer um império continental. Na época, a Índia estava fragmentada em um sem-número de unidades políticas concorrentes, ainda que muitas continuassem, oficialmente, sob o controle do imperador mogol de Délhi. A Companhia começou por Bengala, no leste, eliminando os potentados locais nas batalhas de Plassey, em 1757, e Buxar, em 1764; apropriou-se das riquezas regionais e assumiu – e talvez tenha até intensificado – as instituições tributárias extrativistas dos governantes mogóis da Índia. Sua expansão coincidiu com a contração maciça da indústria têxtil indiana, uma vez que, afinal de contas, já não havia mais mercado para esses artigos na Grã-Bretanha. A retração foi acompanhada de um processo de desurbanização e

recrudescimento da pobreza, marcando o início de um longo período de reversão do desenvolvimento na Índia. Não tardou para que, em vez de produzir tecidos, os indianos começassem a comprá-los dos ingleses e a cultivar ópio para ser vendido na China pela Companhia das Índias Orientais.

O tráfico de escravos no Atlântico reproduziu o mesmo padrão na África, ainda que partindo de condições muito menos desenvolvidas do que o Sudeste Asiático e a Índia. Vários Estados africanos transformaram-se em máquinas de guerra, no intuito de capturar e vender escravos para os europeus. À medida que o conflito entre as diferentes unidades políticas e Estados degenerou em beligerância contínua, as instituições estatais – que em muitos casos não haviam ainda atingido, de todo modo, um grau significativo de organização política – esboroaram em vastas regiões da África, preparando o terreno para as persistentes instituições extrativistas e os Estados falidos de hoje em dia, que estudaremos mais à frente. Nas poucas áreas do continente que escaparam ao tráfico de escravos, como a África do Sul, os europeus impuseram um conjunto distinto de instituições, agora com o objetivo de criar uma reserva de mão de obra barata para suas minas e fazendas. O Estado sul-africano engendrou um dualismo econômico que vedou a 80% da população o acesso à profissionalização, à agricultura comercial e ao empreendedorismo. Tudo isso não só explica por que a industrialização passou ao largo de vastas regiões do mundo, mas também é uma boa síntese do modo como o desenvolvimento econômico pode às vezes alimentar-se do subdesenvolvimento – ou mesmo gerá-lo – em alguma outra parte da economia doméstica ou global.

essa área de *tierra caliente*, “terra quente”, em oposição à região andina da *tierra fria*, “terra fria”. Durante os últimos 50 anos, a Colômbia foi considerada uma democracia pela maior parte dos cientistas políticos e governos. Os Estados Unidos de bom grado negociam um potencial acordo de livre comércio com o país e despejam sobre ele todo tipo de assistência, sobretudo de cunho militar. Desde o encerramento, em 1958, de um breve governo militar, vêm sendo realizadas eleições regulares, embora até 1974 um pacto assegurasse o revezamento, no poder político e na presidência, dos dois partidos políticos tradicionais, os conservadores e os liberais. Ademais, tal pacto, chamado de Frente Nacional, foi ratificado pelo próprio povo colombiano por meio de um plebiscito, o que confere ao país suficiente aparência democrática.

Apesar do longo histórico de eleições democráticas no país, porém, suas instituições não são inclusivas. Pelo contrário, sua trajetória ao longo do tempo vem sendo tolhida por violações das liberdades civis, execuções extrajudiciais, violência contra civis e guerra civil. Nada mais longe do cenário que se espera de uma democracia. A Guerra Civil na Colômbia é diferente da de Serra Leoa, onde Estado e sociedade entraram em colapso e o caos se instaurou. Mas não deixa de ser um conflito civil, que já causou um número de mortes bem maior que o serra-leonense. Em parte, aliás, o governo militar dos anos 1950 foi uma resposta a uma guerra civil conhecida em espanhol como *La Violencia* (A Violência). Desde então, uma variedade de grupos insurgentes, em sua maioria revolucionários comunistas, vem assolando o interior, promovendo sequestros e assassinatos. Na Colômbia rural, para evitar uma dessas opções desagradáveis é preciso pagar a *vacuna* – literalmente, “vacina”, isto é, é preciso inocular-se contra assassinatos ou sequestros mediante pagamentos mensais a determinado grupo de facínoras armados.

Nem todos os grupos armados na Colômbia são comunistas; em 1981, membros da principal guerrilha comunista colombiana, as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) sequestraram um fabricante de laticínios, Jesus Castaño, morador de uma aldeia chamada Amalfi, na terra quente, região nordeste do departamento de Antioquia. Foi pedido um resgate de US\$7,5 mil, uma pequena fortuna na Colômbia rural. Para levantar o dinheiro, a família hipotecou a fazenda, mas o pai foi encontrado morto do mesmo modo, acorrentado a uma árvore. Para três dos filhos de Castaño – Carlos, Fidel e Vicente – foi a gota d’água. Fundaram um grupo paramilitar, Los Tangueros, a fim de caçar membros das

FARC e vingar o assassinato do pai. Os irmãos revelaram-se bons organizadores, e seu bando não demorou a crescer e começar a encontrar interesses comuns com outros grupos paramilitares semelhantes, que haviam surgido por motivos parecidos. Em muitas regiões, onde os colombianos sofriam nas mãos das guerrilhas de esquerda, começaram a se formar milícias de direita. Os paramilitares foram adotados pelos proprietários rurais para se defender das guerrilhas, mas envolviam-se também em tráfico de drogas, extorsões, sequestro e assassinato de cidadãos.

Em 1997, os paramilitares, encabeçados pelos irmãos Castaño, haviam conseguido compor uma milícia nacional batizada de Autodefensas Unidas de Colombia (AUC – Forças de Autodefesa Unidas da Colômbia), que se expandiram por vastas áreas do país – sobretudo pelas terras quentes, nos departamentos de Córdoba, Sucre, Magdalena e César. Em 2001, as AUC contavam talvez com 30 mil homens armados à sua disposição, organizados em diferentes blocos paramilitares. Em Córdoba, havia o Bloque Catatumbo, liderado por Salvatore Mancuso. Com a ampliação de seu poder, as AUC tomaram a decisão estratégica de imiscuir-se na política. Milicianos e políticos começaram a cortejar-se. Organizou-se, na cidade de Santa Fé de Ralito, em Córdoba, um encontro entre as lideranças das AUC e políticos proeminentes. Foi emitido um documento conjunto, um pacto, reivindicando uma “nova fundação do país”, assinado por membros de destaque das AUC, como “Jorge 40” (alcunha de Rodrigo Tovar Pupo), Adolfo Paz (codinome de Diego Fernando “Don Berna” Murillo) e Diego Vecino (nome verdadeiro: Edwar Cobo Téllez), junto com políticos, entre eles os senadores William Montes e Miguel de la Espriella. A essa altura, as AUC tinham sob seu controle vastas fatias do território colombiano, sendo fácil para elas determinar os vencedores das eleições de 2002 para o Congresso e o Senado. Por exemplo, no município de San Onofre, em Sucre, a eleição foi encomendada pelo líder miliciano Cadena (Corrente). Uma testemunha ocular descreveu nos seguintes termos o que se passou:

Os caminhões enviados por Cadena percorreram os bairros, *corregimientos* e regiões rurais de San Onofre, recolhendo as pessoas. Segundo alguns habitantes, [...] nas eleições de 2002 centenas de camponeses foram levados ao *corregimiento* Plan Parejo a fim de verem os rostos dos candidatos em quem teriam de votar nas eleições parlamentares: Jairo Merlano, para o Senado, e Muriel Benito Rebollo,



para o Congresso.

Cadena pôs em uma bolsa os nomes dos membros do conselho municipal, sorteou dois e disse que os mataria, além de outras pessoas escolhidas ao acaso, caso Muriel não vencesse.

Ao que parece, a ameaça funcionou: cada candidato obteve 40 mil votos em todo o departamento de Sucre. Não admira que o prefeito de San Onofre tenha assinado o pacto de Santa Fé de Ralito. Provavelmente um terço dos congressistas e senadores deveu sua eleição em 2002 ao apoio paramilitar, e o Mapa 20, que mostra as áreas da Colômbia sob controle paramilitar, demonstra o quanto seu poder era difundido. O próprio Salvatore Mancuso expressou-se do seguinte modo em uma entrevista:



Mapa 20: Presença paramilitar na Colômbia, 1997-2005

Trinta e cinco por cento do Congresso foram eleitos em áreas dos estados dos grupos de autodefesa, nos quais éramos nós que arrecadávamos impostos, promovíamos a justiça, dispúnhamos de suficiente controle militar e territorial da região e todos os que quisessem entrar na política tinham de lidar com os representantes políticos que havíamos reunido ali.

Não é difícil inferir os efeitos, para a política e a sociedade, do exercício de um controle paramilitar dessa magnitude sobre as instituições econômicas e as políticas públicas. A expansão das AUC não foi um processo pacífico. O grupo não só combatia as FARC, mas também assassinava civis inocentes e aterrorizava e desalojava de suas casas centenas de milhares de pessoas. Segundo o Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC – Centro de Monitoramento de Refugiados Internos) do Norwegian Refugee Council (Conselho Norueguês para Refugiados), no começo de 2010 cerca de 10% da população da Colômbia, quase 4,5 milhões de pessoas, eram compostos de refugiados internos. Os milicianos também assumiram o governo e todas as suas funções, exceto pelo fato de que as tarifas que arrecadavam não passavam de mera extorsão para seus próprios bolsos. Um pacto extraordinário entre o líder paramilitar Martín Llanos (nome verdadeiro: Héctor Germán Buitrago) e os prefeitos dos municípios de Tauramena, Aguazul, Maní, Villanueva, Monterrey e Sabanalarga, no departamento de Casanare, leste da Colômbia, enumera as seguintes normas às quais os prefeitos deveriam aderir, por determinação dos “Camponeses Paramilitares de Casanare”:

1. Ceder 50% do orçamento municipal para ser administrado pelos Camponeses Paramilitares de Casanare.
2. 10% de cada contrato municipal [destinados aos Camponeses Paramilitares de Casanare].
3. Comparecimento obrigatório a todos os encontros convocados pelos Camponeses Paramilitares de Casanare.
4. Inclusão dos Camponeses Paramilitares de Casanare em todos os projetos de infraestrutura.
5. Afiliação ao novo partido político formado pelos Camponeses Paramilitares de Casanare.
6. Cumprimento de seu programa de governo.

Casanare não é um departamento pobre. Pelo contrário, é o departamento de maior receita *per capita* da Colômbia, graças às suas consideráveis reservas de petróleo – exatamente o tipo de recurso natural que enche os olhos dos milicianos. Com efeito, uma vez reforçado o seu poder, eles trataram de intensificar a expropriação sistemática

de bens alheios. O próprio Mancuso teria acumulado US\$25 milhões em imóveis rurais e urbanos. Estima-se que as terras expropriadas na Colômbia por paramilitares cheguem a 10% do total de terras agrárias.

A Colômbia não é um Estado falido à beira do colapso; mas é um Estado desprovido de suficiente centralização, cuja autoridade sobre seu próprio território está longe de ser completa. Embora seja capaz de proporcionar segurança e prestar serviços públicos em grandes áreas urbanas, como Bogotá e Barranquilla, há significativas áreas do país em que os serviços públicos são escassos, e a lei e ordem, parcas. Aí, grupos e indivíduos alternativos, como Mancuso, controlam a política e os recursos. Há partes do país em que as instituições econômicas funcionam bastante bem e há elevados níveis de capital humano e competência empresarial; em outras regiões, as instituições altamente extrativistas são incapazes de oferecer sequer um grau mínimo de autoridade estatal.

Pode ser difícil compreender como uma situação assim chega a se sustentar por décadas ou mesmo séculos. De fato, porém, verifica-se aí uma lógica própria, como uma espécie de círculo vicioso. A violência e a ausência de instituições estatais centralizadas constituem uma relação simbiótica, em que os políticos gerenciam os aspectos funcionais da sociedade. A simbiose decorre da exploração, pelos políticos, da falta de lei nas regiões periféricas do país, enquanto o governo nacional deixa os grupos paramilitares à vontade para fazer o que bem entendem.

Esse padrão ficou particularmente evidente nos anos 2000. Em 2002, as eleições para presidente foram vencidas por Álvaro Uribe. Uribe tinha algo em comum com os irmãos Castaño: seu pai fora morto pelas FARC, e sua campanha baseou-se no repúdio às tentativas da administração anterior de fazer as pazes com elas. Em 2002, sua votação foi 3 pontos percentuais maior nas áreas controladas por paramilitares do que naquelas sem milicianos. Em 2006, quando foi reeleito, obteve uma votação 11 pontos percentuais maior nessas mesmas regiões. Se Mancuso e seus comparsas conseguiram comandar as votações para o Congresso e o Senado, podiam repetir a façanha também nas eleições presidenciais, sobretudo em se tratando de um candidato em íntima consonância com sua visão de mundo e grande probabilidade de mostrar-se leniente com sua atuação. Como declarou, em setembro de 2005, Jairo Angarita, representante de Salvatore Mancuso e ex-líder dos blocos de Sinú e San Jorge das AUC, ele tinha orgulho em trabalhar pela “reeleição do melhor presidente que já tivemos”.

Uma vez eleitos, os senadores e deputados milicianos votaram de acordo com os interesses de Uribe, especialmente no sentido de mudar a constituição de modo a permitir sua reeleição em 2006, o que não fora possível em 2002. Em troca, o Presidente Uribe promulgou uma lei extremamente indulgente permitindo a desmobilização das milícias. “Desmobilização”, bem entendido, significando não o fim do paramilitarismo, mas tão somente sua institucionalização em grandes partes da Colômbia e do Estado colombiano, que os milicianos haviam assumido e receberam permissão para manter. Na Colômbia, diversos aspectos das instituições econômicas e políticas foram se tornando mais inclusivos ao longo do tempo. Todavia, determinados elementos extrativistas significativos permanecem. A ilegalidade e a insegurança dos direitos de propriedade são endêmicas em vastas parcelas do país – consequência da falta de controle, por parte do Estado nacional, de muitas regiões, bem como do formato específico assumido pela falta de centralização do Estado na Colômbia. Todavia, esse não é um cenário inevitável; trata-se da consequência de uma dinâmica que reflete o círculo vicioso: as instituições políticas colombianas não geram incentivos para que os políticos prestem serviços públicos e promovam a lei e a ordem na maior parte do país, nem impõem restrições suficientes aos seus atos para impedi-los de firmar acordos, implícitos ou explícitos, com milicianos e facínoras.

### ***EL CORRALITO***

No final de 2001, a Argentina encontrava-se em plena crise econômica. Havia três anos que as receitas despencavam, o desemprego disparava e o país havia acumulado uma dívida internacional estratosférica. As políticas que haviam acarretado essa situação foram adotadas a partir de 1989 pelo governo de Carlos Menem, na tentativa de conter a hiperinflação e estabilizar a economia. Por algum tempo, haviam logrado êxito.

Em 1991, Menem atrelou o peso argentino ao dólar americano. Por lei, um peso passou a ser equivalente a US\$1, e o câmbio permaneceria inalterado. Ponto final. Bem, quase final. A fim de convencer a população de que o governo pretendia de fato cumprir a lei, as pessoas foram persuadidas a abrir contas bancárias em dólares. Estes seriam usados nas lojas da capital, Buenos Aires, e sacados nos caixas eletrônicos de toda a cidade. Tal medida talvez tivesse ajudado a estabilizar a economia, se não fosse uma grande desvantagem: as exportações argentinas encareceram demais e as

importações estrangeiras baratearam. Com isso, as primeiras foram estancando até parar, ao passo que as segundas jorjavam. A única maneira de pagar pelas importações era endividando-se – uma situação insustentável. Cada vez mais preocupados com a sustentabilidade do peso, os argentinos trataram de converter seu patrimônio em dólares, depositados em suas contas correntes. Afinal, se o governo derrubasse a lei e desvalorizasse o peso, todos estariam seguros com suas contas em dólares, certo? E tinham toda razão em preocupar-se com o peso. Porém, foram demasiado otimistas com relação aos seus dólares.

Em 1º de dezembro de 2001, o governo congelou todas as contas bancárias, em princípio por 90 dias. Apenas uma pequena soma em dinheiro poderia ser sacada a cada semana. No começo, eram 250 pesos, ainda equivalentes a US\$250; depois, 300 pesos. O saque, contudo, só podia ser efetuado de contas em pesos. Não era permitido sacar de contas em dólares, a menos que estes fossem convertidos em pesos – o que ninguém queria fazer. Os argentinos batizaram a situação de *el Corralito*, “curralzinho”: os depositantes viram-se confinados em um curral, como gado, sem ter para onde ir. Em janeiro, ocorreu finalmente a desvalorização; agora, em vez de um peso para cada dólar, logo eram quatro pesos por dólar. Os defensores da poupança em dólares deviam ter se sentido justificados, mas não – pois o governo então converteu compulsoriamente em pesos todas as contas-correntes que estavam em dólar, só que ao câmbio antigo de um para um. Quem tivesse economizado US\$1 mil de repente viu-se com apenas US\$250. O governo havia expropriado três quartos da poupança dos cidadãos.

A Argentina deixa os economistas perplexos. Para ilustrar a dificuldade de se compreender o país, o vencedor do Prêmio Nobel de Economia Simon Kuznets certa vez afirmou, numa frase que ficaria célebre, que havia quatro tipos de países: os desenvolvidos, os subdesenvolvidos, o Japão e a Argentina. Afinal, na época da Primeira Guerra Mundial, o país era um dos mais ricos do mundo; iniciou então um declínio contínuo em relação aos demais países ricos da Europa Ocidental e da América do Norte – que, nas décadas de 1970 e 1980, tornou-se um declínio absoluto. Aparentemente, o desempenho econômico argentino é intrigante, mas as razões de sua decadência ficam mais claras quando examinadas sob a ótica das instituições inclusivas e extrativistas.

É verdade que, antes de 1914, a Argentina experimentou cerca de 50 anos de

crescimento econômico, mas foi um caso clássico de crescimento sob instituições extrativistas. Na época, o país era governado por uma pequena elite com pesados investimentos na economia agrícola de exportação. O crescimento econômico se deu graças à exportação de carne, couro e grãos em um período de *boom* dos preços mundiais dessas commodities. Como todas as experiências similares de crescimento sob instituições extrativistas, não havia destruição criativa nem inovação envolvidas, nem era uma situação sustentável. Por volta da Primeira Guerra Mundial, a crescente instabilidade política e uma sucessão de revoltas armadas levaram as elites argentinas a tentar abrir o sistema político – com o efeito, porém, de mobilizar forças que elas não tinham condições de controlar. Assim, em 1930, ocorreu o primeiro golpe militar. Entre esse ano e 1983, o país oscilou repetidamente entre o totalitarismo e a democracia, bem como entre diversas instituições extrativistas. Houve repressão em massa sob o regime militar, que chegou ao seu auge na década de 1970, quando pelo menos nove mil pessoas – provavelmente muito mais que isso – foram ilegalmente executadas. Centenas de milhares foram presos e torturados.

Nos períodos de governo civil, havia eleições – uma democracia entre aspas, por assim dizer, pois o sistema político estava longe de ser inclusivo. A partir da ascensão de Perón, nos anos 1940, a democracia argentina esteve dominada pelo partido político fundado por ele, o Partido Justicialista, em geral chamado apenas de Peronista. Os peronistas venciam as eleições graças a uma portentosa máquina política, que lhes angariava a vitória por meio da compra de votos, da patronagem e da corrupção generalizada, incluindo-se a concessão de contratos e cargos no governo em troca de apoio político. Em certo sentido, era uma democracia, ainda que nada pluralista. O poder estava altamente concentrado nas mãos do Partido Peronista, que não era submetido a praticamente nenhuma restrição, ao menos quando os militares não se davam ao trabalho de derrubá-lo do poder. Como já vimos (páginas 256-258), se a Suprema Corte se pusesse no caminho de determinada medida, pior para ela.

Na década de 1940, Perón havia cultivado o movimento trabalhista como base política. Ao ver-se enfraquecido pela repressão militar, nos anos 1970 e 1980, seu partido optou por comprar outros votos. As políticas e instituições econômicas tinham por objetivo assegurar a receita de seus aliados, não garantir igualdade de condições para todos. Quando, nos anos 1990, o Presidente Menem deparou-se com uma limitação no número de mandatos que o impediria de concorrer à reeleição, aplicou o mesmo

princípio: reescreveu a constituição e livrou-se do inconveniente. Como demonstra o caso de *el Corralito*, mesmo contando com eleições e governos eleitos pelo voto popular, estes são perfeitamente capazes de ignorar os direitos de propriedade e expropriar impunemente os próprios cidadãos. Os presidentes argentinos e suas elites políticas praticamente não estão submetidos a nenhuma restrição e, sem dúvida, a nenhum pluralismo.

O que intrigava Kuznets, e decerto tantos outros que visitam Buenos Aires, é o fato de a cidade parecer tão diferente de Lima, Cidade da Guatemala ou mesmo Cidade do México. Não se veem indígenas nem descendentes dos antigos escravos. O que salta aos olhos é a arquitetura gloriosa e os prédios erguidos durante a *Belle Époque*, os anos de crescimento sob instituições extrativistas. Todavia, em Buenos Aires vê-se apenas parte da Argentina. Menem, por exemplo, não era da capital. Nasceu em Anillaco, na província de La Rioja, nas montanhas a noroeste da capital, e cumpriu três mandatos como governador provincial. Na época da conquista das Américas pelos espanhóis, essa região do país era uma parte remota do Império Inca e apresentava densa população indígena (ver o Mapa 1). Os espanhóis trataram de ali estabelecer *encomiendas*, levando ao florescimento de uma economia altamente extrativista, baseada na produção de alimentos e na criação de mulas para os mineiros de Potosí, ao norte. De fato, La Rioja era muito mais próxima de Potosí, no Peru e na Bolívia, do que de Buenos Aires. No século XIX, a região produziu o célebre líder militar Facundo Quiroga, que governou a região com mão de ferro e marchou com seu exército sobre a capital. A história do desenvolvimento das instituições políticas argentinas é a história de como as províncias interioranas, como La Rioja, foram firmando acordos com Buenos Aires – os quais, na verdade, eram tréguas: os senhores da guerra de La Rioja concordaram em deixar Buenos Aires em paz para que suas elites pudessem ganhar dinheiro; em troca, estas desistiram de reformar as instituições do “interior”. Assim, embora a princípio os argentinos pareçam habitar um mundo muito distinto daquele dos peruanos e bolivianos, as diferenças se desvanecem quando se deixa as elegantes avenidas de Buenos Aires para trás. É a incorporação das preferências e da política do interior às instituições do país que explica o fato de a Argentina apresentar uma trajetória institucional tão semelhante às de outros países latino-americanos extrativistas.

Essa incapacidade de fomentar instituições políticas ou econômicas inclusivas por

meio do processo eleitoral é típica da América Latina. Na Colômbia, os paramilitares conseguem definir um terço dos resultados das eleições nacionais. Na Venezuela de hoje, como na Argentina, o governo democraticamente eleito de Hugo Chávez investe contra seus opositores, demite-os de cargos no setor público, fecha jornais cujos editoriais contrariem seus interesses e expropria propriedades. Chávez é muito mais poderoso e encontra muito menos empecilhos do que Sir Robert Walpole, com sua tentativa malograda de condenar John Huntridge sob a Lei Negra (páginas 235-239), na Grã-Bretanha da década de 1720. Huntridge não teria se dado tão bem na Venezuela ou na Argentina de hoje.

Por mais que a democracia que emerge na América Latina seja em princípio diametralmente oposta ao predomínio das elites, e tanto em sua retórica quanto em seus atos procure promover uma redistribuição dos direitos e oportunidades detidos por pelo menos um segmento da elite, seus fundamentos encontram-se firmemente arraigados em regimes extrativistas, em dois sentidos. Em primeiro lugar, a persistência, por séculos, das desigualdades sob regimes extrativistas leva os eleitores nas democracias emergentes a votar em favor de políticos com programas radicais. Não que os argentinos não passem de uns ingênuos que acreditam piamente que Juan Perón ou os políticos peronistas mais recentes como Menem ou os Kirchners sejam altruístas preocupados tão somente com os interesses do país, ou que os venezuelanos vejam em Chávez a sua salvação. Pelo contrário, não poucos argentinos e venezuelanos reconhecem que todos os demais políticos e partidos mostraram-se por muito tempo incapazes de lhes dar voz, proporcionar-lhes os serviços públicos mais básicos, como estradas e educação, e protegê-los da exploração por parte das elites locais. Muitos venezuelanos hoje apoiam as políticas adotadas por Chávez, ainda que venham acompanhadas de corrupção e desperdício, do mesmo modo como muitos argentinos apoiaram as políticas de Perón nas décadas de 1940 e 1970. Em segundo lugar, mais uma vez são as instituições extrativistas subjacentes que tornam a política tão favorável e proveitosa para homens fortes como Perón e Chávez, em vez de constituir um sistema partidário eficaz na produção de alternativas desejáveis em termos sociais. Perón, Chávez e dezenas de outros homens fortes latino-americanos não passam de mais um aspecto da lei de ferro da oligarquia – e, como o nome indica, as raízes dessa lei encontram-se no controle subliminar do regime pelas elites.



## O NOVO ABSOLUTISMO

Em novembro de 2009, o governo da Coreia do Norte implementou o que os economistas chamam de reforma monetária. Em geral, esse tipo de iniciativa é causado por surtos inflacionários. Na França, em janeiro de 1960, uma reforma monetária introduziu um novo franco, equivalente a 100 dos francos anteriores. Os velhos francos continuaram em circulação, e as pessoas continuaram cotando os preços na moeda antiga, enquanto a transição paulatina para os novos francos ainda se dava. Por fim, os velhos francos perderam a validade em janeiro de 2002, quando a França introduziu o euro. A reforma norte-coreana, à primeira vista, pareceu similar. Como os franceses em 1960, o governo norte-coreano decidiu tirar dois zeros da moeda. Cem dos velhos *wons*, a moeda do país, passariam a valer um *won* novo. Os indivíduos poderiam trocar a moeda antiga pela nova, mas teriam apenas uma semana para tanto, não 42 anos, como no caso francês. Aí vinha a pegadinha: o governo anunciou que ninguém poderia converter mais de 100 mil *wons*, embora o valor posteriormente fosse ampliado para 500 mil. Cem mil *wons* correspondiam a cerca de US\$40 no câmbio negro. De um só golpe, o governo varreu do mapa uma enorme fração da riqueza privada dos cidadãos norte-coreanos; não se sabe exatamente quanto, mas o valor é provavelmente maior do que o total expropriado pelo governo argentino em 2002.

O governo da Coreia do Norte é uma ditadura comunista que se opõe à propriedade privada e aos mercados. Entretanto, é difícil controlar o mercado negro, e nele as transações se dão em dinheiro vivo. Claro, há sempre alguma moeda estrangeira em jogo, sobretudo chinesa, mas muitas vezes é o *won* que circula. A reforma monetária pretendia punir os usuários desse mercado paralelo – e, mais especificamente, certificar-se de que eles não acumulassem fortuna ou poder suficientes para representar uma ameaça ao regime. Era mais seguro mantê-los pobres. Mas a questão não era só o mercado negro. Os norte-coreanos também mantêm suas economias em *wons* porque há poucos bancos no país, todos pertencentes ao governo. Na verdade, a reforma serviu para expropriar boa parte da poupança da população.

Por mais que o governo diga que considera o mercado um mal, a verdade é que a elite norte-coreana aprecia bastante o que ele pode lhe proporcionar. O líder Kim Jong-Il, falecido em dezembro de 2011, e sucedido pelo filho Kim Jong-un, usufruiu de um palácio de sete andares, equipado com bar, aparelho de karaokê e um pequeno *movie theater*. No térreo há uma piscina imensa com uma máquina de ondas, onde Kim

gostava de usar uma prancha munida de um motorzinho. Quando, em 2006, os Estados Unidos impuseram sanções à Coreia do Norte, sabiam exatamente como atingir o regime onde mais doeria. Assim, proibiram a exportação de mais de 60 artigos de luxo para o país, dentre os quais iates, jet skis, carros de corrida, motocicletas, aparelhos de DVD e televisões de mais de 29 polegadas. Nada mais de echarpes de seda, canetas-tinteiro assinadas, peles nem malas de couro – exatamente os itens colecionados por Kim e as elites do Partido Comunista. Um estudioso, com base nas vendas da empresa francesa Hennessy, estimou em US\$800 mil o orçamento anual de Kim para conhaque, antes das sanções.

É impossível compreender muitas das mais pobres regiões do mundo no fim do século XX sem um entendimento do novo absolutismo do século XX: o comunismo. Marx vislumbrou um sistema capaz de gerar prosperidade sob condições mais humanas e sem desigualdade. Lênin e seu Partido Comunista foram inspirados por ele, mas a prática não podia estar mais distante da teoria. A Revolução Bolchevique de 1917 foi um evento sangrento, que nada teve de humano. A igualdade não entrou na equação, tampouco, já que a primeira coisa que Lênin e seu séquito fizeram foi instalar uma nova elite – eles mesmos – à frente do Partido Bolchevique. Para levar a cabo seus planos, trataram de expurgar e assassinar não só elementos não comunistas, mas também outros comunistas que pudessem vir a representar uma ameaça ao seu poder. No entanto, as verdadeiras tragédias ainda estavam por vir: primeiro, a Guerra Civil, depois, a coletivização e os recorrentes expurgos de Stálin, em que talvez 40 milhões tenham perecido. O comunismo russo foi brutal, repressivo e sangrento, mas não foi um caso isolado. As consequências econômicas e o sofrimento humano foram análogos aos de outros exemplos – como, por exemplo, o Camboja da década de 1970, sob o Khmer Vermelho, a China e a própria Coreia do Norte. Em todos esses casos, o comunismo acarretou regimes totalitaristas viciosos e abusos generalizados dos direitos humanos. Além da carnificina e do sofrimento humano, todos os regimes comunistas estabeleceram vários tipos de instituições extrativistas. As de ordem econômica, houvesse ou não mercados, eram elaboradas especificamente com vistas à extração de recursos da população e, em seu absoluto repúdio aos direitos de propriedade, em geral acarretavam pobreza em vez de prosperidade. No caso soviético, como vimos no Capítulo 5, o sistema comunista a princípio engendrou um crescimento acelerado, mas depois tropeçou e produziu estagnação. As consequências foram muito mais

devastadoras na China de Mao, no Camboja do Khmer Vermelho e na Coreia do Norte, onde as instituições econômicas comunistas conduziram ao colapso econômico e à fome.

As instituições econômicas comunistas eram por sua vez sustentadas por instituições políticas extrativistas, que concentravam todo o poder nas mãos dos partidos comunistas sem impor qualquer restrição ao seu exercício. Por mais diversas que essas instituições pudessem parecer em sua forma, seus efeitos sobre os meios de vida da população eram análogos aos das instituições extrativistas do Zimbábue e de Serra Leoa.

### **ONDE O ALGODÃO É REI**

O algodão responde por cerca de 45% das exportações do Uzbequistão, o que faz dele o produto agrícola mais importante do país desde o estabelecimento da independência, a partir do desmanche da União Soviética, em 1991. Na vigência do comunismo soviético, todas as terras aráveis do Uzbequistão encontravam-se sob o controle de 2.048 fazendas estatais, que após 1991 foram dissolvidas, e a terra, distribuída. Contudo, isso não significava que os fazendeiros tivessem autonomia para agir. O algodão era demasiado valioso para o novo governo do primeiro, e até agora único, presidente do Uzbequistão, Ismail Karimov. Assim, foram introduzidas regulamentações determinando o que os produtores poderiam plantar e exatamente por quanto poderiam vendê-lo. O algodão é uma exportação valiosa, e os agricultores recebem uma fração ínfima dos valores praticados no mercado mundial; o restante fica com o governo. Como ninguém plantaria algodão por esses preços, o governo os obriga. Hoje, cada fazendeiro tem de reservar 35% de suas terras ao algodão – o que causou muitos problemas, sendo um deles as dificuldades com o maquinário. Na época da independência, cerca de 40% da safra era colhida por colheitadeiras. Após 1991, não surpreende, em vista dos incentivos criados pelo regime do Presidente Karimov para os agricultores, que estes não se mostrassem nem um pouco dispostos nem a adquiri-las nem a cuidar de sua manutenção. Reconhecendo o problema, Karimov saiu-se com uma solução, na realidade, uma opção mais barata que as colheitadeiras: crianças em idade escolar.

As cápsulas de algodão começam a amadurecer e estão no ponto para a colheita no

começo de setembro, mais ou menos na altura da volta às aulas. Karimov determinou que os governadores locais enviassem cotas de entrega de algodão às escolas. No começo de setembro, os bancos escolares perdem 2,7 milhões de alunos (dados de 2006). Os professores, em vez de instrutores, tornam-se recrutadores de mão de obra. Gulnaz, mãe de duas dessas crianças, explicou o que acontece:

No começo de cada ano letivo, aproximadamente no princípio de setembro, as aulas são suspensas e, em vez de irem para a escola, as crianças vão para a colheita do algodão. Ninguém pede autorização dos pais. Não há descanso no fim de semana [durante a colheita]. Se por algum motivo uma criança fica em casa, seu professor ou o tutor da turma aparece para denunciar os pais. É feito um planejamento para cada uma, de 20-60 kg diários, dependendo da idade. Se alguma delas deixa de atingir sua meta, na manhã seguinte é repreendida na frente de toda a classe.

A colheita se estende por dois meses. As crianças da região rural que têm a sorte de ser designadas para fazendas perto de casa podem ir andando ou são levadas de ônibus para o trabalho. As que moram mais longe ou vêm das cidades têm de dormir nos telheiros ou currais, junto com as máquinas e o gado. Não há banheiros nem cozinhas. As crianças têm de levar sua própria comida para o almoço.

Os principais beneficiários de todo esse trabalho forçado são as elites políticas, encabeçadas pelo Presidente Karimov, o rei de fato de todo o algodão uzbeque. Em tese, os estudantes são pagos pelo trabalho, mas só em tese. Em 2006, quando o preço mundial do algodão girava em torno de US\$1,40 por quilo, as crianças recebiam cerca de US\$0,03 por sua cota diária de 20-60 kg. Provavelmente 75% do algodão são hoje colhidos por crianças. Na primavera, as escolas fecham as portas para a capina do solo e transplante de mudas.

Como se chegou a esse ponto? Supunha-se que o Uzbequistão, como as demais repúblicas socialistas soviéticas, conquistasse a independência após o colapso da União Soviética e desenvolvesse uma democracia e uma economia de mercado. Todavia, como em muitas outras repúblicas soviéticas, não foi o que aconteceu. O Presidente Karimov, que iniciou sua carreira política no Partido Comunista da antiga União Soviética e ascendeu ao cargo de primeiro secretário do Uzbequistão no oportuno momento de 1989, exatamente quando o Muro de Berlim vinha abaixo,

conseguiu reinventar-se como nacionalista. Contando com o crucial apoio das forças de segurança, em dezembro de 1991 venceu a primeira eleição presidencial da história do Uzbequistão. Uma vez no poder, abateu-se sobre a oposição independente. Hoje, seus adversários políticos estão presos ou exilados. Não existe imprensa livre no país e não são permitidas organizações não governamentais. O auge da repressão crescente ocorreu em 2005, quando possivelmente 750 manifestantes, talvez mais, foram assassinados pela polícia e pelo exército em Andijon.

Valendo-se de seu controle das forças de segurança e domínio absoluto da mídia, Karimov primeiro estendeu seu mandato presidencial por cinco anos, mediante um referendo, para em seguida conquistar a reeleição, em 2000, para um novo mandato de sete anos, com 91,2% dos votos. Seu único oponente declarou ter votado em Karimov! Em sua reeleição de 2007, amplamente considerada fraudulenta, obteve 88% dos votos. As eleições no Uzbequistão são semelhantes àquelas organizadas por Joseph Stálin no apogeu da União Soviética. Uma delas, em 1937, celebrou-se pela cobertura de Harold Denny, correspondente do *New York Times*, que reproduziu uma tradução do *Pravda*, o jornal do Partido Comunista, a fim de transmitir a tensão e excitação das eleições soviéticas:

Soa a meia-noite. O dia 12 de dezembro, data das primeiras eleições gerais, igualitárias e diretas para o Soviete Supremo, chega ao fim. O resultado da votação logo será anunciado.

A comissão permanece só em sua sala. O silêncio é total, e as luzes refulgem com brilho solene. Em meio à profunda e expectante atenção de todos, o presidente da mesa desincumbe-se de todas as formalidades necessárias antes de proceder à contagem das cédulas: confere, na lista, quantos eram os votantes e quantos efetivamente votaram – e o resultado é 100%. 100%! Que eleição, em que país, para que candidato, contou com 100% de resposta?

A tarefa maior tem início agora. Alvorçado, o presidente inspeciona os selos das urnas. Estes são em seguida verificados também pelos membros do comitê: intactos. São cortados, e as urnas, abertas.

O silêncio impera. Inspetores e agentes eleitorais permanecem circunspectos e graves em seus assentos.

É chegado o momento de abrir os envelopes. Três membros do comitê

empunham suas tesouras. O presidente põe-se de pé. Os escrivães têm seus livros abertos. O primeiro envelope é aberto. Todos os olhos estão voltados em sua direção. O presidente retira duas cédulas – uma branca [para um candidato ao Soviete da União] e outra azul [para um candidato ao Soviete das Nacionalidades] – e lê alto: “Camarada Stálin.”

De imediato, a solenidade é quebrada. Todos os presentes, de um salto, aplaudem, cheios de alegria e paixão, o primeiro voto da primeira eleição geral secreta sob a constituição stalinista – um voto no nome do autor da Constituição.

Esse mesmo clima teria capturado também o suspense em torno das reeleições de Karimov, que vem se revelando um digno pupilo de Stálin no tocante à repressão e controle político, e parece organizar eleições que rivalizam com as do mestre em seu surrealismo.

As instituições econômicas e políticas do Uzbequistão de Karimov são extremamente extrativistas. É um país pobre. Provavelmente um terço da população vive na pobreza, com renda anual média em torno de US\$1 mil. Nem todos os indicadores de desenvolvimento são ruins. Segundo dados do Banco Mundial, a taxa de matrículas escolares é de 100% – com a possível exceção da temporada de colheita do algodão. Os índices de alfabetização são também bastante altos – muito embora, além de controlar todos os meios de comunicação, o governo também proíba livros e censure a internet. Enquanto a maioria dos trabalhadores recebe apenas uns míseros centavos por dia na colheita do algodão, a família Karimov e antigos quadros comunistas, que se reinventaram, após 1989, como as novas elites econômicas e políticas uzbeques, vêm amealhando uma fabulosa riqueza.

Os interesses econômicos familiares são administrados pela filha de Karimov, Gulnora, que deve suceder o pai na presidência. Em um país tão pouco transparente e cheio de segredos, ninguém sabe ao certo o que a família Karimov controla nem quanto dinheiro ganha, mas a experiência da empresa americana Interspan é sugestiva do que se passou na economia do país nas últimas duas décadas. O algodão não é o único produto agrícola; determinadas regiões do país são ideais para o cultivo do chá, e a Interspan decidiu investir nessas áreas. Em 2005, tinha se apoderado de mais de 30% do mercado local, quando então começaram os problemas. Gulnora chegou à conclusão de que a indústria do chá parecia bastante promissora economicamente. Não demorou

para que os funcionários locais da Interspan começassem a ser sistematicamente presos, surrados e torturados. As operações tornaram-se inviáveis e, em agosto de 2006, a empresa deixou o país. Seus negócios passaram para as mãos da família Karimov, cujas atividades no setor expandiam-se rapidamente e, na época, representavam 67% do mercado – em contraste com os 2% de poucos anos antes.

Sob muitos aspectos, o Uzbequistão parece uma relíquia do passado, de uma era esquecida, que está definhando sob o absolutismo de uma única família e seus comparsas, com uma economia baseada em trabalhos forçados – especificamente, trabalhos forçados de crianças. Contudo, não se trata de um caso isolado. O país é mais uma peça do atual mosaico de sociedades que estão indo à falência sob instituições extrativistas e, infelizmente, tem muito em comum com outras ex-repúblicas socialistas soviéticas, que compreendem desde a Armênia e o Azerbaijão até o Quirguistão, o Tadjiquistão e o Turcomenistão. Esses casos nos lembram que, mesmo no século XXI, as instituições econômicas e políticas extrativistas podem assumir uma forma atroz e despidoradamente extrativista.

## **GARANTINDO CONDIÇÕES DESIGUAIS PARA TODOS**

A década de 1990 foi um período de reforma no Egito. Desde o golpe militar que destronou a monarquia em 1954, o Egito vinha sendo governado como uma sociedade semissocialista, em cuja economia o governo desempenhava papel central. Muitos setores eram dominados por empresas estatais. Ao longo dos anos, a retórica socialista entrou em declínio, os mercados se abriram e o setor privado se desenvolveu. Não eram, porém, mercados inclusivos, uma vez que se encontravam sob o controle do Estado e de um punhado de empresários aliados ao Partido Nacional Democrático (PND), fundado pelo Presidente Anwar Sadat em 1978. O envolvimento dos empresários com o partido, e vice-versa, só fez aumentar durante o governo de Hosni Mubarak. Este, que se tornou presidente em 1981, após o assassinato de Anwar Sadat, governou com o PND até ser forçado a renunciar por uma série de protestos populares e pelos militares em fevereiro de 2011, como discutimos no Prefácio (página 1).

Grandes empresários foram nomeados para cargos centrais no governo, em áreas intimamente relacionadas aos seus interesses econômicos. Rasheed Mohamed Rasheed, ex-presidente da Unilever AMET (África, Oriente Médio e Turquia), tornou-se ministro

da Indústria e Comércio Exterior; Mohamed Zoheir Wahid Garana, proprietário e gerente-geral da Garana Travel Company, uma das maiores do Egito, foi designado para o Ministério do Turismo; Amin Ahmed Mohamed Osman Abaza, fundador da Nile Cotton Trade Company, maior exportadora de algodão do país, tornou-se ministro da Agricultura.

Em diversos setores da economia, os empresários persuadiram o governo a erguer barreiras protecionistas – entre eles as indústrias de comunicação, metalurgia e siderurgia, automobilística, de bebidas alcoólicas e cimento. Cada qual se tornou muito concentrado, com medidas que protegiam empresários e firmas, todos politicamente interligados. Grandes empresários próximos ao regime, como Ahmed Ezz (metalurgia e siderurgia), a família Sawiris (multimídia, bebidas e telecomunicações) e Mohamed Nosseir (bebidas e telecomunicações) eram agraciados não só com a proteção do Estado, mas também venciam concorrências públicas e obtinham grandes empréstimos bancários sem precisar apresentar garantias. Ahmed Ezz era ao mesmo tempo presidente do Conselho da Ezz Steel, maior siderúrgica da indústria egípcia, que respondia por 70% do aço do país, e alto dignitário do PND, presidente do Comitê de Planejamento e Orçamento da Assembleia do Povo, e colaborador próximo de Gamal Mubarak, um dos filhos do Presidente Mubarak.

As reformas econômicas da década de 1990, conduzidas por economistas e instituições financeiras internacionais, visavam à libertação dos mercados e redução do papel do Estado na economia. Um dos pilares centrais dessas reformas é sempre a privatização de bens estatais. No México, o processo de privatização (páginas 29-30), em vez de aumentar a concorrência, limitou-se a converter os monopólios estatais em privados, promovendo o enriquecimento de empresários com boas conexões políticas, como Carlos Slim. Ocorreu exatamente o mesmo no Egito. Empresários ligados ao regime exerceram forte influência sobre a implementação do programa de privatização egípcio, induzindo-o a favorecer a próspera elite empresarial – as “baleias”, como são conhecidos por lá. Na época em que as privatizações começaram, a economia do país era dominada por 32 dessas baleias.

Uma delas era Ahmed Zayat, que estava à frente do Luxor Group. Em 1996, o governo decidiu privatizar a Al Ahram Beverages (ABC), detentora do monopólio da fabricação de cerveja no Egito. Um consórcio da Egyptian Finance Company, comandada pelo incorporador imobiliário Farid Saad, com a primeira empresa de



capital de risco constituída no Egito, em 1995, apresentou uma proposta. O consórcio incluía Fouad Sultan, ex-ministro do Turismo, Mohamed Nosseir e Mohamed Ragab, outro empresário da elite. Era um grupo bem relacionado, mas não bem relacionado o bastante. Seu lance de 400 milhões de libras egípcias foi recusado por ser demasiado baixo. Zayat tinha conexões melhores. Na falta do capital necessário para a compra da ABC, saiu-se com um plano de uma engenhosidade digna de um Carlos Slim. Ao ser negociado pela primeira vez na Bolsa de Valores de Londres, o Luxor Group adquiriu 74,9% das ações da ABC, a 68,5 libras egípcias cada. Três meses depois, as ações foram duplicadas, e o Luxor Group vendeu-as todas a 52,5 libras cada, obtendo um lucro líquido de 36%, com o qual Zayat conseguiu custear a aquisição da ABC, no mês seguinte, por 231 milhões de libras. Na época, a ABC contava com lucro anual em torno de 41,3 milhões de libras egípcias e dispunha de reservas orçamentárias de 93 milhões de libras egípcias. Uma pechincha. Em 1999, a recém-privatizada ABC ampliou seu monopólio da cerveja para o vinho, ao adquirir o monopólio nacional privatizado também deste, a Gianaclis – uma empresa altamente rentável, protegida por uma tarifa alfandegária de 3.000% sobre os vinhos importados e com margem de lucro de 70% sobre suas vendas. Em 2002, o monopólio mais uma vez mudou de mãos, quando Zayat vendeu a ABC para a Heineken por 1,3 bilhão de libras egípcias – um lucro de 563% em cinco anos.

Mohamed Nosseir nem sempre ficou do lado dos perdedores. Em 1993, comprou a privatizada El Nasr Bottling Company, detentora do monopólio do engarrafamento e venda da Coca-Cola no Egito. As relações de Nosseir com o então primeiro-ministro do setor de empresas públicas, Atef Ebeid, permitiram-lhe efetuar a compra sem grande concorrência. Dois anos depois, Nosseir venderia a empresa por um valor correspondente a mais de três vezes o preço de aquisição. Outro exemplo foi a medida, em fins dos anos 1990, de envolver a iniciativa privada na indústria cinematográfica estatal. Mais uma vez, as ligações políticas fizeram com que apenas duas famílias tivessem autorização para entrar na concorrência e operar os cinemas – uma delas, a família Sawiris.

O Egito, hoje, é um país pobre – não tão pobre quanto a maioria dos países ao sul, na África subsaariana, mas onde cerca de 40% da população ainda se encontra em grande pobreza e sobrevive com menos de US\$2 por dia. Ironicamente, como já vimos (páginas 48-49), no século XIX o país sediou, sob Muhammad Ali, uma tentativa a

princípio bem-sucedida de transformação institucional e modernização econômica, o que de fato acarretou um período de crescimento econômico extrativista antes de sua anexação definitiva ao Império Britânico. Do período colonial britânico, emergiu um conjunto de instituições extrativistas ao qual as Forças Armadas, a partir de 1954, dariam continuidade. Verificou-se algum crescimento econômico e investimento em educação, mas a maioria da população contava com escassas oportunidades econômicas, ao passo que a nova elite podia beneficiar-se de suas conexões com o governo.

Mais uma vez, essas instituições econômicas extrativistas tiveram suas contrapartes políticas como esteio. O Presidente Mubarak pretendia dar início a uma dinastia política e preparava seu filho Gamal para substituí-lo. Seus planos só foram abreviados pelo colapso de seu regime extrativista, no começo de 2011, perante a agitação social generalizada e as manifestações da chamada Primavera Árabe. Durante o período em que Nasser ocupou a presidência, despontaram alguns aspectos inclusivos das instituições econômicas: o Estado de fato abriu o sistema educacional e surgiram determinadas oportunidades que o regime anterior, do Rei Farouk, nunca havia oferecido. Contudo, foi um exemplo de combinação instável de instituições políticas extrativistas com algum grau de inclusão por parte das instituições econômicas.

O resultado inevitável, advindo durante o mandato de Mubarak, foi que as instituições econômicas tornaram-se mais extrativistas, refletindo a distribuição de poder político na sociedade. Em certo sentido, a Primavera Árabe foi uma reação a tudo isso, tanto no caso do Egito quanto no da Tunísia – onde três décadas de crescimento sob instituições políticas extrativistas começaram a entrar em reversão à medida que o Presidente Ben Ali e sua família vampirizavam a economia cada vez mais.

## **POR QUE AS NAÇÕES FRACASSAM**

As nações fracassam economicamente devido ao extrativismo de suas instituições. São elas que mantêm os países pobres na pobreza e os impedem de enveredar por um caminho de crescimento econômico. É o caso, hoje, na África, de lugares como Zimbábue e Serra Leoa; na América do Sul, de países como Colômbia e Argentina; na Ásia, de lugares como Coreia do Norte e Uzbequistão; e, no Oriente Médio, de nações

como o Egito. As diferenças entre esses países são evidentes. Alguns são de clima tropical, outros se encontram em latitudes temperadas. Alguns foram colônias britânicas; outros, do Japão, da Espanha e da Rússia. Apresentam as mais diversas histórias, idiomas e culturas. O que todos têm em comum são as instituições extrativistas. Em todos esses casos, a base dessas instituições é uma elite que estrutura as instituições econômicas de modo a locupletar-se e perpetuar o próprio poder, em detrimento da vasta maioria da população. As diferentes histórias e estruturas sociais desses países produzem peculiaridades na natureza das elites e nos detalhes das instituições extrativistas; entretanto, a razão da persistência dessas instituições extrativistas está sempre relacionada ao círculo vicioso, e as consequências dessas instituições em termos do empobrecimento de seus cidadãos são similares, por mais distintas que sejam em sua intensidade.

No Zimbábue, por exemplo, a elite compreende Robert Mugabe e o núcleo do ZANU-PF, que encabeçou a luta anticolonial na década de 1970. Na Coreia do Norte, corresponde à corriola do já falecido Kim Jong-Il e do Partido Comunista. No Uzbequistão, é composta pelo Presidente Ismail Karimov, sua família e seus comparsas, reciclados da era soviética. São grupos obviamente muito distintos entre si; e são justamente essas diferenças, junto com a diversidade das entidades políticas e economias por eles governados, que tornam tão variáveis as formas específicas assumidas por suas respectivas instituições extrativistas. Por exemplo, por ter sido criada a partir de uma revolução comunista, a Coreia do Norte toma como modelo político o modelo unipartidário do Partido Comunista. Ainda que Mugabe tenha convidado as Forças Armadas norte-coreanas, nos anos 1980, a ajudá-lo a massacrar seus oponentes em Matabeleland, esse modelo de instituição política extrativista não seria aplicável ao Zimbábue. Pelo contrário: pelo fato de ter ascendido ao poder no contexto da luta anticolonial, Mugabe precisou disfarçar seu regime com eleições, ainda que por algum tempo ele tenha logrado de fato arquitetar um Estado unipartidário consagrado por vias constitucionais.

Em contrapartida, a Colômbia possui um longo histórico de eleições, que despontaram, após a independência da Espanha, como método de partilha do poder entre os Partidos Liberal e Conservador. E não é só em sua natureza que as elites podem diferir, mas também em número. No Uzbequistão, Karimov pôde sequestrar os remanescentes do Estado soviético, o que lhe conferiu um forte aparato para suprimir e

assassinar eventuais elites alternativas. Na Colômbia, a falta de autoridade do Estado central em determinadas regiões do país produziu naturalmente elites mais fragmentárias – tanto, com efeito, que seus integrantes por vezes matam-se uns aos outros. Não obstante, apesar de tamanha variação encontradas nas elites e instituições políticas, estas em geral conseguem consolidar e reproduzir o poder do grupo que as criou – embora haja casos em que as disputas internas por elas produzidas levem o Estado ao colapso, como em Serra Leoa.

Se diferentes histórias e estruturas implicam diferenças tanto na identidade das elites quanto nos pormenores das instituições políticas extrativistas, o mesmo vale para as especificidades das instituições econômicas extrativistas criadas nesse contexto. Na Coreia do Norte, as ferramentas do extrativismo foram igualmente um legado do *kit* básico do comunismo: abolição da propriedade privada, fazendas e indústria estatais.

No Egito, sob o regime militar alegadamente socialista estabelecido pelo Coronel Nasser a partir de 1952, a situação era bastante similar. Nasser alinhou-se com a União Soviética durante a Guerra Fria, expropriando investimentos estrangeiros, como o Canal de Suez (propriedade britânica), e estatizou boa parte da economia. Entretanto, a situação no Egito nas décadas de 1950 e 1960 era bem distinta daquela da Coreia do Norte nos anos 1940. Era muito mais fácil para os norte-coreanos criar uma economia mais radicalmente ao estilo comunista, visto que podiam expropriar os antigos bens japoneses e basear-se no modelo econômico da Revolução Chinesa.

Em contrapartida, a Revolução Egípcia foi mais um golpe empreendido por um grupo de oficiais militares. Quando o Egito virou a casaca na Guerra Fria e bandeou-se para o lado ocidental, foi relativamente fácil – e conveniente – para os militares egípcios substituir o comando central da economia por um capitalismo de fachada como método de extrativismo. Ainda assim, a superioridade do desempenho econômico do Egito, quando comparado ao da Coreia do Norte, foi consequência do extrativismo mais restrito das instituições egípcias. Por um lado, na ausência do controle asfíxiante imposto pelo Partido Comunista norte-coreano, o regime egípcio viu-se obrigado a aplacar seus cidadãos de uma maneira que os norte-coreanos estavam isentos. Por outro, mesmo o capitalismo de fachada gera alguns incentivos para o investimento, pelo menos entre aqueles favorecidos pelo regime, que na Coreia do Norte são inteiramente inexistentes.

Embora todas essas minúcias sejam importantes e interessantes, as lições mais

cruciais encontram-se na situação mais geral – a qual revela que, em cada um desses casos, as instituições políticas extrativistas produziram instituições econômicas igualmente extrativistas, transferindo riqueza e poder para a elite.

A intensidade do extrativismo em cada um desses países varia, evidentemente – o que tem consequências consideráveis em termos da prosperidade geral. Na Argentina, por exemplo, a Constituição e as eleições democráticas não são muito eficazes na promoção do pluralismo, mas ainda funcionam muito melhor do que na Colômbia; pelo menos o Estado argentino pode reivindicar o monopólio da violência. Em parte como consequência, a renda *per capita* argentina é o dobro da colombiana. Por outro lado, as instituições políticas desses dois países cumprem muito melhor a função de restringir as elites do que as do Zimbábue e Serra Leoa; por conseguinte, estes são muito mais pobres do que os primeiros.

Ainda de acordo com a lógica de funcionamento do círculo vicioso, mesmo quando as instituições extrativistas acarretam o colapso do Estado, como em Serra Leoa e no Zimbábue, isso não significa o fim do predomínio dessas instituições. Já vimos que guerras civis e revoluções, embora possam se dar durante circunstâncias críticas, não promovem necessariamente mudanças institucionais. Os acontecimentos em Serra Leoa desde o conflito civil encerrado em 2002 são uma vívida ilustração dessa possibilidade.

Em 2007, em uma eleição democrática, o velho partido de Siaka Stevens, o APC, voltou ao poder. Embora o candidato vencedor à presidência, Ernest Bai Koroma, não tivesse nenhuma relação com os antigos governos do APC, muitos integrantes de seu gabinete tinham. Dois dos filhos de Stevens, Bockarie e Jengo, chegaram a ser nomeados embaixadores do país nos Estados Unidos e na Alemanha. De certo modo, é uma versão mais volátil do que aquilo que vimos acontecer na Colômbia, onde a falta de autoridade do Estado em várias regiões do país persiste ao longo do tempo por ser do interesse de parte da elite política nacional permitir que isso aconteça, ao mesmo tempo que as principais instituições estatais mostram-se também fortes o bastante para evitar que a desordem degenera no caos total. Em Serra Leoa, em parte devido à natureza mais extrativista das instituições econômicas e em parte em virtude da tradição altamente extrativista das instituições políticas do país, a sociedade não só sofre economicamente como oscila entre a mais rematada desordem e um princípio de ordem. Não obstante, o efeito a longo prazo é o mesmo: o Estado permanece ausente, e as

instituições seguem extrativistas.

Em todos os casos citados, encontra-se uma longa história de instituições extrativistas, desde pelo menos o século XIX. Cada um desses países encontra-se aprisionado em um círculo vicioso. Colômbia e Argentina têm suas origens nas instituições do governo colonial espanhol (páginas 7-14). Zimbábue e Serra Leoa nasceram do regime colonial britânico instaurado no final do século XIX. Em Serra Leoa, na ausência de colonizadores brancos, o regime tirou amplo proveito das estruturas políticas extrativistas pré-coloniais e as intensificou. Estas, por sua vez, eram fruto de um longo círculo vicioso, caracterizado por falta de centralização política e os efeitos desastrosos do tráfico de escravos. No Zimbábue, deu-se em medida bem maior a construção de instituições extrativistas inéditas, já que a Companhia Britânica da África do Sul implementou uma economia dupla. Já o Uzbequistão pôde aproveitar as instituições extrativistas da União Soviética e, como o Egito, transformá-las em um capitalismo de fachada. As instituições extrativistas da própria URSS eram, sob muitos aspectos, continuação daquelas do regime czarista, mais uma vez em um padrão previsto pela lei de ferro da oligarquia.

À medida que cada um desses círculos viciosos se desenrolava em diferentes partes do mundo, ao longo dos últimos 250 anos, as desigualdades mundiais foram surgindo – e persistem até hoje.

A solução para o fracasso econômico e político das nações, hoje, é transformar suas instituições extrativistas em inclusivas. O fenômeno do círculo vicioso dificulta bastante essa tarefa, mas não é impossível, e a lei de ferro da oligarquia não é inescapável. Bastam alguns elementos inclusivos já presentes nas instituições, ou a existência de coalizões amplas que encabeçam a resistência ao regime vigente, ou a mera natureza contingente da história, para romper círculos viciosos. Assim como a Guerra Civil em Serra Leoa, a Revolução Gloriosa de 1688 também foi uma luta por poder. Todavia, foi um embate de natureza muito diferente daquela do conflito serra-leonense. É provável que alguns integrantes do Parlamento que lutaram para destronar Jaime II, no rastro da Revolução Gloriosa, até se imaginassem no papel de novos absolutistas, como fez Oliver Cromwell após a Guerra Civil inglesa. Contudo, o fato de o Parlamento já possuir bastante poder e consistir em ampla coalizão, composta por interesses econômicos variados e diferentes pontos de vista, tornou mais improvável a aplicação da lei de ferro da oligarquia em 1688. Ajudou também o fato de a sorte estar

do lado do Parlamento e contra Jaime II. No próximo capítulo, veremos outros exemplos de países que conseguiram romper o padrão e mudar suas instituições para melhor, mesmo após uma longa tradição de instituições extrativistas.